

Fundado em 3 de novembro de 1955

JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA:33270067000103

ANO LXIX - Edição nº 17.456

Edição Nacional

www.diariocomercial.com.br

TERÇA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 2024

O ministro enfatizou a acomodação das despesas da previdência

Haddad: governo vai cumprir a meta fiscal

O ministro afirmou que o governo está substituindo os 'tapa-buraco' que aconteciam nos anos anteriores por uma receita consistente para honrar as despesas assumidas pelo Congresso

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que tem muita confiança de que o governo vai cumprir a meta fiscal deste ano. E, apesar das críticas em relação ao fato de isso ser alcançado com receitas extraordinárias, ele ponderou que tais recursos vão passar a ser ordinários no próximo ano. Haddad também enfatizou a acomodação das despesas da previdência. Segundo ele, esse tema trazia preocupação ao governo nos meses de abril e maio, mas os gastos previdenciários ficaram mais acomodados no quarto relatório bimestral de despesas e receitas. O ministro disse que o Brasil vai continuar apresentando taxas de inflação "sucessivamente menores". E que a Selic deve acompanhar essa trajetória, na sua visão. "Sem maquiagem em relação aos combustíveis, a inflação não oficial de 2022 estava a 8,25%. Nós estamos no segundo ano com metade da inflação de dois anos atrás. Foi uma queda muito expressiva", disse Haddad, a jornalistas, em Nova York, ao comentar a piora das projeções para a inflação brasileira no boletim Focus, publicado nesta segunda-feira. O ministro da Fazenda lembrou que teve um estresse no mundo em relação à política monetária global, o que afetou todos os mercados emergentes, incluindo o País. **PÁGINA 2**

ESFORÇO

Secretário descarta mudanças na meta de déficit zero neste ano

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, disse que apesar de frustrações importantes de receitas, como a dos processos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), o governo manterá a meta de déficit primário zero em 2024. "Fizemos ajuste nas metas dos anos seguintes sem alterar a de 2024. Mesmo após essa mudança, sempre havia algum ruído de que poderia ter alteração de meta este ano. E a gente tem mostrado a cada bimestre todo o esforço do governo para que isso não aconteça, como não vai acontecer". **PÁGINA 3**

BENEFÍCIO

Alckmin: LCD vai ser lançada em outubro com valor de R$ 1,5 trilhão

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, que ocupa interinamente o cargo de presidente enquanto Luiz Inácio Lula da Silva está fora do Brasil, disse na segunda-feira, 23, que a Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD), voltada para a indústria, poderá arrecadar cerca de R$ 1,5 trilhão para financiar o setor. O lançamento está marcado para outubro. Alckmin defendeu medidas do governo, como a depreciação acelerada - benefício fiscal para favorecer a compra de novas máquinas pela indústria. São R$ 3,4 bilhões no primeiro momento. **PÁGINA 3**

GUERRA

Reuters



ISRAEL INTENSIFICOU SEUS BOMBARDEIOS CONTRA ALVOS MILITARES NO SUL DO LÍBANO na segunda-feira, 23. O Ministério da Saúde do Líbano disse que 182 pessoas morreram e mais de 700 ficaram feridas depois do ataque aéreo "extensivo" no país. Os moradores das regiões do Líbano atacadas receberam mensagens de texto e de voz enviadas por Israel alertando sobre a iminência dos ataques. Esse foi o primeiro alerta do tipo em quase um ano de conflito em constante escalada entre Israel e Hezbollah. O aviso foi enviado após uma intensa troca de tiros no domingo, 22, quando o Hezbollah lançou cerca de 150 foguetes, mísseis e drones no norte de Israel. Os caças israelenses atacaram cidades ao longo da fronteira sul do Líbano e no Vale do Beca, cerca de 30 km a leste de Beirute. **PÁGINA 5**

DÉCADAS

BDMG já liberou em crédito R$ 33,3 bilhões

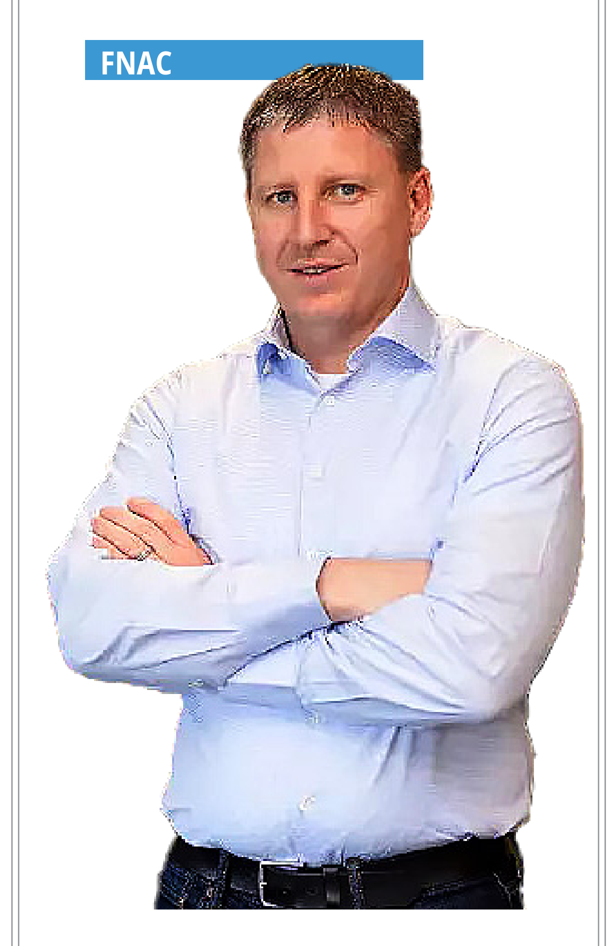
O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) completa 62 anos de atuação, trazendo um balanço do seu impacto nos últimos 20 anos. Ao todo, foram liberados R$ 33,3 bilhões em financiamentos, atendendo quase 67 mil empresas e mais de 730 prefeituras. Além disso, 40% desses desembolsos ocorreram a partir de 2019, reforçando a política de incentivo ao empreendedorismo. **PÁGINA 8**

DOIS MESES

Programa Voa Brasil vende 10 mil passagens

O programa Voa Brasil comercializou cerca de 10,4 mil passagens para 68 destinos brasileiros desde que foi lançado, no fim de julho. O programa permite a compra de bilhetes a R$ 200 cada trecho, mais o valor da taxa de embarque. Nesta fase inicial, a quantidade de passagens vendidas corresponde a cerca de 0,34% dos 3 milhões de bilhetes que foram disponibilizados a 23 milhões de aposentados. **PÁGINA 8**

FNAC



Azul afirma que crédito não é para pagar dívidas

O CEO da Azul, John Rodgerson, descartou o eventual uso de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) para o pagamento de dívidas da companhia adquiridas durante a pandemia. Ele garantiu que o crédito via esse fundo será para investimentos, como a compra de aeronaves. "Nós éramos uma das únicas indústrias que não tinham uma linha de crédito do governo." **PÁGINA 4**

IBOVESPA 130.568,37 ↓ -0,38%

Mais Negociados

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
HAPVIDA ON NM	4,23	−2,31%	−0,10
B3 ON NM	11,20	−3,45%	−0,40
COGNA ON ON NM	1,29	−2,27%	−0,03
BRADESCO PN N1	14,37	−2,58%	−0,38
AZUL PN N2	5,36	+1,90%	+0,10

Maiores Altas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
METALFRIO ON NM	152,00	+32,16%	+36,99
SANTOS BRP ON NM	14,80	+16,44%	+2,09
INFRACOMM ON NM	0,180	+12,50%	+0,020
AGROGALAXY ON NM	0,640	+12,28%	+0,070
ORIZON ON NM	49,500	+7,38%	+3,400

Maiores Baixas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
PDG REALT ON NM	0,12	−20,00%	−0,03
AMPLA ENERG ON ES	17,00	−14,96%	−2,99
JOAO FORTES ON	0,27	−10,00%	−0,03
AERIS ON NM	6,400	−9,22%	−0,650
COELBA PNA	35,53	−8,90%	−3,47

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	42.124,65	+0,15%
S&P 500	5.718,57	+0,28%
NASDAQ	17.974,27	+0,14%
DAX 30	18.846,79	+0,68%
FTSE 100	8.259,71	+0,36%
IBEX 35	11.797,90	+0,38%

DÓLAR COMERCIAL ↑ 0,25%

COMPRA	VENDA
5,534	5,534

PESO ↑ 1,74%

COMPRA	VENDA
0,006	0,006

EURO ↓ -0,18%

COMPRA	VENDA
6,149	6,151

LIBRA ↑ 0,85%

COMPRA	VENDA
7,388	7,392

OURO

BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R$ 472,18	2.627,72

RECEITA CONSISTENTE

Haddad garante que governo vai cumprir a meta de déficit fiscal

O ministro afirmou que disse ao presidente Lula que recuperar o grau de investimento até o fim de sua gestão, em 2026, é desafiador, mas a equipe econômica vai continuar trabalhando para isso

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que tem muita confiança de que o governo vai cumprir a meta fiscal deste ano. E, apesar das críticas em relação ao fato de isso ser alcançado com receitas extraordinárias, ele ponderou que tais recursos vão passar a ser ordinários no próximo ano.

"Temos que considerar que essa receita extraordinária desse ano vai virar ordinária o ano que vem. Porque a remuneração começa o ano que vem. O fim do Perse acontece o ano que vem", disse Haddad, a jornalistas, em Nova York. "Então, é uma boa notícia", acrescentou.

Nas suas palavras, o governo está substituindo os 'tapa-buraco' que aconteciam nos anos anteriores por uma receita consistente. "Isso é um legado do governo. Colocar receitas ordinárias no patamar adequado para honrar as despesas assumidas pelo Congresso Nacional, o que tem que ser honrado", disse.

Haddad também enfatizou a acomodação das despesas da previdência. Segundo ele, esse tema trazia preocupação ao governo nos meses de abril e maio, mas os gastos previdenciários ficaram mais acomodados no quarto relatório bimestral de despesas e receitas.

"Então, a equipe está mais tranquila em relação a isso. Esse quadro se acomodou. E isso é visto como uma má notícia. Isso que eu não consigo assimilar. Isso é uma boa notícia, não é só para 2024. É para o futuro do Brasil", disse o ministro.

Questionado sobre se essa acomodação posterga a necessidade de o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter de fazer uma reforma da Previdência, ele sinalizou que essa não é uma questão que está na mesa. "Isso não está em colocação, vai ter ou não vai ter. O fato é que está acomodando a receita previdenciária", afirmou, dizendo que essa foi uma surpresa positiva para o governo.

O ministro disse que o Brasil vai continuar apresentando taxas de inflação "sucessivamente menores". E que a Selic deve acompanhar essa trajetória, na sua visão.

"Sem maquiagem em relação aos combustíveis, a inflação não oficial de 2022 estava a 8,25%. Nós estamos no segundo ano com metade da inflação de dois anos atrás. Foi uma queda muito expressiva", disse Haddad, a jornalistas, em Nova York, ao comentar a piora das projeções para a inflação brasileira no boletim Focus, publicado nesta segunda-feira.

A mediana para o IPCA de setembro subiu de 0,50% para 0,53%, contra 0,27% um mês antes. "Nós vamos continuar tendo, sucessivamente, as inflações menores nos próximos anos. Essa é a minha convicção", destacou o ministro.

Segundo ele, a Selic vai responder a esse comportamento. "Eu não tenho dúvida de que ela vai responder a esse comportamento", garantiu.

O ministro da Fazenda lembrou que teve um estresse no mundo em relação à política monetária global, o que afetou todos os mercados emergentes, incluindo o País. "O Brasil, por vezes, pagou um preço um pouquinho mais alto em função de questões domésticas", disse.

Haddad disse que um soluço ou outro pode ocorrer, mas que será superado pelos fatos: inflação está caindo sem comprometer o consumo das famílias e o aumento do crédito. "Vai ter um soluço ou outro em função de desinformação, em função de desconfiança, pode acontecer, mas serão vencidos pelos fatos", concluiu.

Depois de se reunir com duas das maiores agências de classificação de risco, a S&P Global Ratings e a Moody's, o ministro disse que também terá um encontro com representantes da Fitch Ratings, durante passagem por Nova York, nos Estados Unidos.

Fontes ouvidas na condição de anonimato, dizem que há uma reunião agendada com o presidente global da Fitch Ratings, Paul Taylor, na terça, dia 24, a partir das 14h30 no horário do Brasil (13:30 local). Haddad e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva devem participar.

As conversas com as classificadoras de risco estão sendo realizadas a pedido do petista. Antes da viagem a Nova York, onde está para discursar na 79ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU), o presidente Lula perguntou a Haddad sobre o cronograma para o Brasil recuperar o grau de investimento, perdido em 2025, informou o ministro da Fazenda, a jornalistas, mais cedo.

A recuperação do selo de bom pagador ajudaria a destravar investimentos estrangeiros para o País uma vez que muitos fundos de investimento grandes só podem aportar recursos em mercados que tenham o chamado investment grade. "A convicção que eu tenho, ouvindo tudo o que eu ouvi, é que nós estamos no caminho. E vamos tentar acelerar o passo o mais rápido possível para recuperar o grau de investimento".

Haddad afirmou que disse a Lula que recuperar o grau de investimento até o fim de sua gestão, em 2026, é desafiador. "Mas nós vamos trabalhar. Não tem muito cabimento o Brasil não ser grau de investimento", disse, citando as condições financeiras do País como, por exemplo, o fato de ser credor internacional.

Atualmente, o Brasil está a dois patamares de distância de recuperar o selo de bom pagador nas três maiores classificadoras do mundo. Pela Moody's, o rating do País é o Ba2, e a perspectiva da nota foi melhorada de estável para positiva neste ano. Já pela S&P, o Brasil tem BB, com perspectiva estável. Além delas, a Fitch Ratings reafirmou a classificação do Brasil em BB, com perspectiva estável, em junho último.

Divulgação



Haddad: "temos que considerar que essa receita extraordinária desse ano vai virar ordinária o ano que vem. Porque a remuneração começa o ano que vem"

AJUSTES

Governo descarta qualquer mudança na meta de déficit zero para este ano

Apesar de frustrações importantes de receitas, como a dos processos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), o governo manterá a meta de déficit primário zero em 2024, com a devida margem de tolerância, disse na segunda-feira (23) o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães. Para este ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o novo arcabouço fiscal preveem margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB).

Com essa margem de tolerância, o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – poderá fechar 2024 com déficit primário de até R$ 28,75 bilhões. O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública.

Apesar de críticas do mercado financeiro à capacidade do governo de cumprir a meta, Guimarães disse que as estimativas estão próximas da realidade. "Fizemos ajuste nas metas dos anos seguintes sem alterar a de 2024. Mesmo após essa mudança, sempre havia algum ruído de que poderia ter alteração de meta este ano. E a gente tem mostrado a cada bimestre todo o esforço do governo para que isso não aconteça, como não vai acontecer", disse Guimarães, durante entrevista coletiva sobre o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento.

Divulgado na noite de sexta-feira (20), o relatório descongelou R$ 1,7 bilhão do Orçamento de 2024. O aumento na estimativa de arrecadação fez o governo reduzir para R$ 28,3 bilhões a estimativa de déficit primário em 2024. O valor é R$ 400 milhões inferior ao limite mínimo da margem de tolerância para o cumprimento da meta.

O atual marco fiscal exclui da meta os R$ 29 bilhões em créditos extraordinários para reconstruir o Rio Grande do Sul nem os R$ 514 milhões para o combate a incêndios florestais anunciados na semana passada, assim como outras despesas excepcionais. Sem os gastos fora do arcabouço fiscal, o governo encerraria o ano com déficit primário de R$ 68,8 bilhões.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, reagiu às críticas de que a equipe econômica esteja recorrendo à contabilidade criativa para fechar as contas deste ano. Ele disse que o crescimento econômico acima do previsto e medidas de arrecadação sobre os mais ricos, como a tributação de offshores (empresas de investimento no exterior) e de fundos exclusivos, trarão as receitas necessárias para o governo cumprir a meta.

"Há, de fato, incômodo na equipe econômica quando a gente percebe alguma irracionalidade na repercussão, quando se ignora alguns fatos da realidade, alguns números que se apresentam. O fato é que o fiscal se recuperou e tem superado as expectativas. Isso é um fato. Outro fato é que a economia está surpreendendo em sua performance, também superando expectativas", rebateu.

Para liberar o R$ 1,7 bilhão do Orçamento e reduzir a previsão de déficit primário para R$ 28,3 bilhões, o relatório elevou as previsões de receitas não administradas diretamente pela Receita Federal. O principal destaque foram R$ 18,3 bilhões das medidas para compensar a desoneração da folha de pagamento, que entrarão nos cofres federais este ano, R$ 10,1 bilhões adicionais de dividendos de estatais ao Tesouro Nacional e mais R$ 4,9 bilhões de royalties do petróleo.

Essas receitas extraordinárias compensaram a queda de R$ 25,8 bilhões na entrada de recursos com o voto de desempate do governo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão administrativo da Receita Federal. Durigan, no entanto, esclareceu que os R$ 8,5 bilhões de valores esquecidos no sistema financeiro, que também ajudaram a compensar a desoneração da folha de pagamento, não entraram no relatório.

"Como houve atualização nos códigos e critérios do Banco Central, é preciso hoje que se faça um batimento com a nomenclatura para que não haja dúvida em relação a isso. Como a gente ainda está debatendo esse tema, um ajuste redacional, de que forma ele deve ser feito, ele ainda não foi considerado para fins de relatório bimestral", justificou o secretário-executivo da Fazenda.

Apesar de aprovada pelo Congresso, a forma de contabilizar os valores esquecidos no sistema financeiro ao Tesouro Nacional opõe a Fazenda e o Banco Central (BC). Para o BC, a transferência dos valores esquecidos para o Tesouro não pode entrar no cálculo da meta zero de déficit primário porque representa dinheiro dos correntistas.

O Ministério da Fazenda alega que há precedentes que permitem a inclusão dos recursos como receitas primárias, como os R$ 26,3 bilhões parados no antigo Fundo PIS/Pasep. O montante entrou na conta única do Tesouro em dezembro de 2022, com a emenda constitucional da transição.



Propriedade da Editora **Diário Comercial** Ltda.

FILIADO À: ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA: **Bruna Luz**

DIRETOR EXECUTIVO: **Marcos Luz** · marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo • vipalermo@diariocomercial.com.br
DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Junior • comercial@diariocomercial.com.br – **SP - José Castelo** • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

Rio de Janeiro — Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro — CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906
São Paulo — Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista — CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000
Brasília — Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS — CEP: 70300-902 - Tel: (21) 33806038
Belo Horizonte — Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes — CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL

Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 | Ed. Led Office - Águas Claras CEP: 71950-770
Telefone: (61) 999858648 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

PROGRAMAÇÃO

Durigan garante que meta vai ser cumprida

O secretário disse que o governo entregará o melhor resultado fiscal dos últimos anos e a despesa primária vai chegar a 19% do PIB

“Vocês acompanham todas as etapas e os esforços que a gente tem levado a cabo no País”

Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, garantiu na segunda-feira, 23, durante entrevista coletiva, junto com sua contraparte do Planejamento, Gustavo Guimarães, que a meta fiscal será cumprida em 2024. “A meta vai ser cumprida em tudo o que depender do governo”, disse Durigan.

Na sequência, Guimarães acrescentou que o governo dispõe de todos os instrumentos necessários para cumprir a meta fiscal.

“Se a gente olhar hoje no bimestral, a gente está cumprindo a meta. Tem riscos à frente? Tem riscos de receita, de despesa? Tem. Mas nós estamos atuando, como eu coloquei, com decreto de programação, seja atuando pela meta, não abrigando das receitas. Então, assim, tem todos os instrumentos na mão para atingir a meta. Vamos usar todos os instrumentos à mão para atingir a meta. Como eu coloquei, a gente está nesse esforço contínuo”, afirmou Guimarães.

O secretário do Planejamento fez questão de deixar “bem claro” que não há qualquer proposta de alteração de meta.

O secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, Sérgio Firpo, afirmou que a equipe econômica tem avaliado o que pode ser feito se houver frustração na economia de gastos, de R$ 25,9 bilhões, no ano que vem.

“Tivemos o início do processo de sistematização da revisão de gastos, a gente aprendeu ao longo do ano. A expectativa é que em 2025 a gente tenha todas ferramentas e instrumentos necessários para fazer com que os R$ 25,9 bilhões do PLOA de fato aconteçam”, avaliou. “Se houver frustração, a gente tem pensado onde a gente pode entrar, e eventualmente isso vai acontecer”, emendou Firpo.

O secretário disse ainda que a economia esperada este ano com ações em Previdência foi reduzida de R$ 9,05 bilhões para R$ 6,8 bilhões.

De acordo com Firpo, essa correção na estimativa se deu pela redução na economia com Atestmed - de R$ 5,6 bilhões para R$ 3,7 bilhões - e pela mudança nas reavaliações de benefícios.

Ele disse que essa frustração não deve, no entanto, impactar a agenda de economia de gastos de 2025 - que estima uma redução de R$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias no ano que vem.

“Tivemos o início do processo de sistematização da revisão de gastos, a gente aprendeu ao longo do ano. A expectativa é que em 2025 a gente tenha todas ferramentas e instrumentos necessários para fazer com que os R$ 25,9 bilhões do PLOA de fato aconteçam”, avaliou o secretário.

O secretário disse que o governo atual entregará o melhor resultado fiscal dos últimos três ciclos de governo. “A despesa primária vai fechar ainda esse ano em torno de 19% do Produto Interno Bruto (PIB), o que é um patamar inferior ao que a gente pensou”, afirmou. “De um ano para cá, a gente sempre diz isso: a gente gostaria de fazer a justiça fiscal o mais rápido possível”, acrescentou.

Durigan enfatizou que, na comparação com 2023, o governo vem reduzindo o déficit primário em mais de 85%. “Vocês acompanham todas as etapas e os esforços que a gente tem levado a cabo no País”, disse a jornalistas, lembrando que, em 2023, houve o pagamento de R$ 94 bilhões de precatórios - que classificou como uma conta “criativa e caótica” do governo anterior.

O secretário iniciou sua fala, criticando a reação negativa ao 4º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, apresentado na sexta-feira, 20, e afirmando que o governo tem apresentado um equilíbrio fiscal como fundamento da política econômica.

“A gente tem feito um esforço maior para ajustar as fontes do País e cumprir as metas fiscais estabelecidas. Há um incômodo quando a gente percebe uma irracionalidade na repercussão, quando se ignoram alguns fatos da realidade”, desabafou Durigan, durante entrevista coletiva.

O secretário enfatizou que o resultado fiscal se recuperou e tem superado as expectativas. “Isso é um fato”, reforçou. Outro fato, de acordo com ele, é que a economia está surpreendendo em sua performance, superando as expectativas.

“Essa coordenação de um fiscal, que entra em equilíbrio, e de uma economia que segue crescendo mais do que esperado, é um ciclo positivo que a gente deveria torcer para que isso seguisse assim”, disse Durigan.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda afirmou ainda que, nos próximos anos, grande parte do rombo fiscal será sanado com o fim dos benefícios, como desonerações. “No tempo, grande parte desse rombo fiscal vai ser sanado pelo fim dos benefícios, o que vai, inclusive, evitar aumentos maiores de tributação para o setor privado”, avaliou.

Durigan disse ainda que não entende que os dividendos, como do BNDES, devem ser considerados extraordinários. De acordo com ele, esses dividendos devem ocorrer nos próximos anos.

“Não veria dividendos como extraordinários. Petrobras e BNDES estão pagando menos dividendos desse governo do que pagaram no governo anterior”, disse o secretário. Ele considerou que é natural fazer ajuste fiscal com esses recursos.



DEPRECIAÇÃO ACELERADA

Alckimin diz que LCD será lançada em outubro com valor de R$ 1,5 trilhão

Rovena Rosa - Agência Brasil



O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, participou do lançamento da terceira fase do Brasil Mais Produtivo na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, que ocupa interinamente o cargo de presidente enquanto Luiz Inácio Lula da Silva está fora do Brasil, disse na segunda-feira, 23, que a Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD), voltada para a indústria, poderá arrecadar cerca de R$ 1,5 trilhão para financiar o setor. O lançamento está marcado para outubro. Ele deu a declaração na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista.

“Esperamos agora em outubro lançar o título. O fluxo é de quase R$ 1,5 trilhão. E não é governo, é mercado”, afirmou Alckmin. Além de vice-presidente, ele é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Alckmin defendeu medidas do governo, como a depreciação acelerada - benefício fiscal para favorecer a compra de novas máquinas pela indústria. São R$ 3,4 bilhões no primeiro momento. Segundo ele, a medida traz mais investimento e produtividade.

“Já estamos trabalhando na segunda fase, para aumentar esse valor da depreciação acelerada e podemos renovar mais rapidamente o parque industrial. E num bom momento, porque aumentou a confiança empresarial, aumentou a confiança do consumidor, e a capacidade instalada está em 82% praticamente, caiu a ociosidade”, disse Alckmin.

“A depreciação acelerada vem ao encontro de trazer mais investimento e melhorar a produtividade. Ao invés de depreciar uma máquina em 15 anos, vamos depreciar em dois anos, e com isso estimula a renovação de máquinas, equipamentos, aparelhos para ter ganho de produtividade, eficiência”, afirmou.

O vice-presidente também mencionou a alta de 14% nas vendas de veículos. Alckmin atribuiu o resultado à melhora no emprego, na renda e no crédito. Ele mencionou o fato de a indústria pagar impostos acima de sua representação no PIB.

Segundo ele, a reforma tributária beneficiará o setor. Ele disse que é necessário recuperar o mercado regional, para vender mais produtos com valor agregado.

Alckmin disse que o governo cumprirá “rigorosamente” o arcabouço fiscal. Ele afirmou que a recente reversão parcial da contenção de despesas foi porque a economia cresceu, o que deixou o governo com mais recursos.

“O governo tem compromisso com o arcabouço fiscal. Vai cumpri-lo, vai cumpri-lo rigorosamente”, disse Alckmin.

“Teve um pequeno descontingenciamento porque, como cresceu a economia, nós podemos passar o ano passado, chegar 3% ou mais de crescimento do PIB, cresceu a arrecadação. Por isso houve um pequeno descontingenciamento, mas mantido rigorosamente o arcabouço fiscal”, declarou o vice-presidente da República.

Em julho, o governo anunciou a contenção de R$ 15 bilhões em despesas. Na semana passada, R$ 1,7 bilhão desse total foram liberados. Ele mencionou a queda de cerca de 0,6 ponto porcentual na carga tributária de 2022 para 2023.

“Quando abre os três níveis de governo, os municípios aumentaram a carga tributária. Aumentaram. Quem reduziu a carga tributária um pouquinho foram os Estados, e muito foi o federal. Reduziu a carga tributária de 2022 para 2023 e vamos cumprir o arcabouço fiscal”, disse.

JUROS ALTOS

Mercado volta a aumentar suas projeções de inflação

A mediana do Focus para o IPCA subiu, pela décima semana seguida, para 4,37%

O mercado financeiro voltou a aumentar as suas projeções para a inflação nos próximos anos, mesmo trabalhando com uma taxa Selic média mais alta até o fim de 2025, conforme o relatório Focus divulgado na segunda-feira, 23, pelo Banco Central.

A mediana para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2025, que mais se aproxima do horizonte relevante da política monetária, subiu de 3,95% para 3,97%, contra 3,93% um mês antes. Levando em conta apenas as 96 projeções atualizadas nos últimos cinco dias úteis, passou de 3,97% para 4,0%.

A estimativa para 2026 também oscilou para cima, de 3,61% para 3,62%, aumentando pela segunda semana consecutiva. As expectativas para esses dois anos estão acima do centro da meta, de 3%, com tolerância de 1,5 ponto para mais ou para menos.

O Comitê de Política Monetária (Copom) considera o primeiro trimestre de 2026 como seu horizonte relevante e espera que a inflação atinja 3,5% no período, considerando o cenário de referência, com a trajetória de Selic embutida no Focus (até 13 de setembro) e dólar a R$ 5,60, evoluindo conforme a Paridade do Poder de Compra (PPC).

A mediana do Focus para o IPCA de 2024 também subiu, pela décima semana seguida, de 4,35% para 4,37% - aproximando ainda mais do teto da meta este ano, de 4,50%. Considerando apenas as 97 projeções atualizadas nos últimos cinco dias úteis, passou de 4,37% para 4,40%. Um mês atrás, a estimativa era de 4,25%.

No cenário de referência, o Banco Central espera que o IPCA termine 2024 em 4,30% e desacelere a 3,70% em 2025. A mediana do Focus para o IPCA de 2027 se manteve em 3,50% pela 64ª semana seguida.

A mediana das estimativas do mercado financeiro no relatório Focus do Banco Central para a taxa Selic no fim de 2024 subiu de 11,25% para 11,50% após a decisão do Copom da semana passada, indicando que o mercado já aguarda pelo menos um aumento de 0,5 ponto percentual (pp) nos juros este ano.

Na última quarta-feira, o colegiado elevou os juros em 0,25 ponto porcentual, de 10,5% para 10,75%, e informou que vê uma assimetria altista no seu balanço de riscos para a inflação. O hiato do produto, antes considerado estável, agora é visto pelo Copom como positivo.

"O ritmo de ajustes futuros na taxa de juros e a magnitude total do ciclo ora iniciado serão ditados pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta e dependerão da evolução da dinâmica da inflação, em especial dos componentes mais sensíveis à atividade econômica e à política monetária, das projeções de inflação, das expectativas de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos", afirmou o Copom, no comunicado da decisão.

Divulgação



Supermercado: o Banco Central espera que o IPCA termine 2024 em 4,30% e desacelere para 3,70% em 2025

O colegiado não forneceu um guidance para as próximas decisões, mas economistas do mercado consideraram que o teor da comunicação foi hawkish e seria compatível até mesmo com uma aceleração do ritmo de aperto. Como só há mais duas reuniões do Copom este ano, a expectativa de uma Selic de 11,5% no fim de 2024 exigiria que houvesse uma alta maior, de 0,5 ponto, em uma delas.

Considerando apenas as 83 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana para a Selic no fim de 2024 passou de 11,25% para 11,75% - indicando que o Copom elevaria os juros em 0,5 ponto tanto na reunião de novembro, como na de dezembro.

A estimativa intermediária para os juros no fim de 2025 se manteve em 10,50%, mas, considerando as 82 projeções atualizadas os últimos cinco dias úteis, subiu a 10,75% - sugerindo menos espaço para cortes no ano que vem. As projeções para o fim de 2026 e 2027 se mantiveram em 9,50% e 9,0%, respectivamente.

O mercado financeiro aumentou a sua estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2024 pela sexta semana consecutiva, de 2,96% para 3,0%, conforme a mediana das previsões do relatório Focus divulgado nesta segunda-feira pelo Banco Central. Considerando as 52 projeções atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa se manteve em 3,0%.

A mediana do relatório Focus para a alta do PIB de 2025 se manteve em 1,90%. Quatro semanas antes, estava em 1,86%. Levando em conta só as 51 projeções atualizadas nos últimos cinco dias úteis, passou de 1,90% para 1,91%.

Os economistas do mercado não alteraram as expectativas de crescimento da economia em 2026 e 2027. Ambas permaneceram em 2,0%, como já estão há 59 e 61 semanas, respectivamente.

A última estimativa divulgada pelo BC, no Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de junho, indicava crescimento de 2,3% para o PIB brasileiro este ano. O Ministério da Fazenda espera que o PIB brasileiro cresça 3,2% em 2024.

A mediana das estimativas do mercado financeiro no relatório Focus para o dólar no fim de 2024 se manteve em R$ 5,40 na edição divulgada nesta segunda-feira pelo Banco Central, contra R$ 5,32 um mês antes. A projeção para 2025 também ficou inalterada, em R$ 5,35, de R$ 5,30 quatro semanas atrás.

A projeção anual de câmbio publicada no Focus é calculada com base na média para a taxa no mês de dezembro, e não mais no valor projetado para o último dia útil de cada ano, como era até 2020.

Com isso, o BC espera trazer maior precisão para as projeções cambiais do mercado financeiro.

INVESTIMENTOS

CEO da Azul diz que crédito via Fnac não é para pagar dívidas

O CEO da Azul, John Rodgerson, descartou na segunda-feira, 23, o eventual uso de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) para o pagamento de dívidas da companhia adquiridas durante a pandemia. Ele garantiu que o crédito via esse fundo será para investimentos, como a compra de aeronaves.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou neste mês a lei que permite o uso de recursos do Fnac para conceder crédito às empresas aéreas. Em agosto, o Ministério de Portos e Aeroportos estimou que o fundo deveria emprestar cerca de R$ 5 bilhões ao setor.

"Nós éramos uma das únicas indústrias que não tinham uma linha de crédito junto com o governo. E agora temos. Isso permite que nós possamos comprar mais aeronaves", declarou Rodgerson, em conversa com jornalistas na Esplanada dos Ministérios. "O Fnac não é para pagar as dívidas da pandemia, é para ajudar a crescer e botar mais aeronaves no ar", acrescentou.

Ele participou de evento da Azul Linhas Aéreas e da Força Aérea Brasileira (FAB), com assinatura de acordo de Cooperação Técnica no período da manhã.

Rodgerson também mencionou que a negociação da dívida com arrendadores das aeronaves é "super amigável". O débito foi acumulado durante a pandemia. "Esses mesmos arrendadores estão entregando aeronaves para nós, entregaram uma aeronave no sábado e, em outra semana, vão entregar mais oito aeronaves", afirmou.

O CEO da Azul afirmou ainda que espera uma nova redução no preço do querosene de aviação (QAV) no mês de outubro. Segundo ele, o combustível do transporte aéreo comercial teve queda de 20% nos últimos três meses.

A repercussão na passagem, porém, ainda vai demorar de 30 a 45 dias, declarou o executivo em conversa com jornalistas. "Temos sofrido há muitos anos com preço alto. Então, tendo o preço do combustível caindo em 20%, nós estamos muito animados", disse. "E o preço do querosene deve cair sim no mês que vem", acrescentou.

O CEO da Azul reconheceu que o possível retorno do horário de verão teria impacto no planejamento de horário dos voos. Para o executivo, seriam necessários 45 dias, no mínimo, para uma reprogramação.

"Teríamos que ajustar nossos sistemas. Isso é o maior impacto, ajustar todos os voos. Se fizermos, espero que tenhamos algum tempo para implementar", afirmou em conversa com jornalistas.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, declarou na semana passada que a decisão poderia sair em 10 dias, embora tenha antecipado que o retorno do horário de verão em si não seria imediato - se de fato ocorrer.

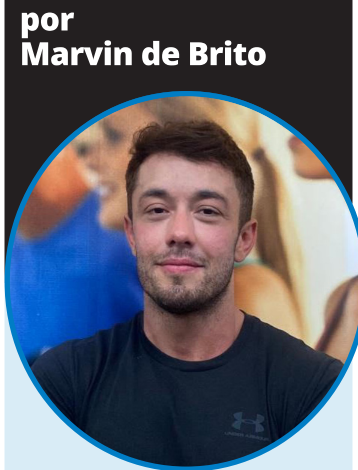
O eventual retorno do horário de verão preocupa o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - devido a possíveis impactos nas eleições municipais deste ano e na divulgação dos resultados. Silveira tem dialogado com o TSE, segundo interlocutores.

O executivo da Azul também falou da cobrança de uma dívida de cerca de R$ 1 bilhão da portuguesa TAP. Ele negou que a dívida poderá ser convertida em aquisição acionária.

SAÚDE E BEM ESTAR

AQUEÇA E PROTEJA: TREINE SEM LESÕES

por
Marvin de Brito



Marvin de Brito é bacharel em educação física, especialista em natação adaptada e ministra aulas particulares, atuando como personal trainer. Faz parte do time de professores da rede de academias da Companhia Athletica.

ANTES DE COMEÇAR QUALQUER treino muitos acabam pulando uma etapa que é fundamental: o aquecimento. É mais comum do que pensamos, ver pessoas indo direto para a série de exercícios, muitas vezes por pressa ou até mesmo por não achar necessário. Porém o aquecimento é fundamental para preparar o corpo, melhorar o desempenho e principalmente prevenir lesões. Ele ativa a circulação e os músculos além de ajustar a mente para o treino que está por vir.

DEIXAR DE AQUECER PODE aumentar de forma significativa o risco de lesões. Estudos mostram que a falta de aquecimento é responsável por 30% das lesões em treinos de força como distensões musculares e lesões nas articulações. Uma pesquisa realizada com praticantes de atividades físicas mostrou que aqueles que não fazem aquecimento tem 2,5 mais chances de se machucarem em comparação com quem aquece.

É COMO SAIR CORRENDO sem antes verificar se os cadarços estão amarrados. Minutos que são dedicados ao aquecimento podem evitar semanas afastados do treino por causa de uma lesão inesperada.

ENTRE AS LESÕES MAIS comuns pela falta de aquecimento estão as distensões musculares que ocorrem quando os músculos são forçados além da sua capacidade antes de estarem aquecidos. Outra lesão recorrente é a tendinite uma inflamação nos tendões causada pela sobrecarga de exercícios realizados sem a preparação adequada.

AS ARTICULAÇÕES TAMBÉM sofrem com essa falta, principalmente as dos joelhos e ombros que são áreas bem recrutadas em muitos treinos. A falta de aquecimento pode levar as contraturas que causam músculos enrijecidos dificultando a amplitude do movimento e gerando desconforto por muitos dias.

PEQUENOS DESCUIDOS trazem problemas mais graves como rupturas de ligamentos ou até fraturas por estresse principalmente em atividades de grande impacto e até mesmo de força. Deixar o aquecimento de lado é se colocar em risco e acabar precisando interromper os treinos por conta de uma lesão inesperada.

UM BOM AQUECIMENTO não precisa ser com exercícios mirabolantes ou demorado, ele precisa ser eficaz. É importante começar com exercícios que aumentem de forma gradativa a frequência cardíaca como uma caminhada rápida ou trote leve por 5 a 10 minutos assim preparando o sistema cardiovascular para a atividade mais intensa.

É IMPORTANTE ATIVAR os principais grupos musculares que serão trabalhados no treino com movimentos dinâmicos, como rotação de ombros, elevações de joelhos, agachamentos ou alongamentos dinâmicos, que envolvem movimento contínuo. Se você vai usar peso, por exemplo, faça algumas repetições com uma carga mais leve antes de começar as séries principais. Outra dica importante é ter exercícios de mobilidade articular para aumentar a amplitude de movimento como giros de quadril e tornozelo. O importante é tentar adaptar o aquecimento ao tipo de treino, sempre garantindo que o corpo esteja preparado para a intensidade do exercício.

O AQUECIMENTO É MUITO mais do que um simples movimento antes do treino, ele é uma etapa importante para garantir que o corpo esteja pronto para o esforço evitando lesões e melhorando a execução. Mesmo que pareça mais fácil pular essa parte para economizar tempo os minutos dedicados ao aquecimento são um investimento em segurança. Na próxima vez que for para a academia ou iniciar uma atividade física lembre-se: aquecer é cuidar do seu corpo e garantir treinar com consistência e sem interrupções.

CONFLITO

Israel intensifica bombardeios no Líbano e 182 pessoas morrem

O ataque de segunda-feira foi o mais amplo territorialmente já conduzido desde o início da troca de agressões entre as duas partes, há quase um ano, depois do ataque terrorista do Hamas

Israel intensificou seus bombardeios contra alvos militares no sul do Líbano na segunda-feira, 23. O Ministério da Saúde do Líbano disse que 182 pessoas morreram e mais de 700 ficaram feridas depois do ataque aéreo "extensivo" no país.

Pouco antes, as Forças de Defesas de Israel haviam alertado a população civil para que se afastassem "imediatamente" de supostas posições e depósitos de armas do grupo extremista Hezbollah.

Mais de 300 alvos do grupo foram atacados, segundo os militares israelenses. O bombardeio desta segunda-feira é o mais amplo territorialmente já conduzido desde o início da troca de agressões entre as duas partes, há quase um ano, depois do ataque terrorista sem precedentes do Hamas na Faixa de Gaza.

Os moradores das regiões do Líbano atacadas receberam mensagens de texto e de voz enviadas por Israel alertando sobre a iminência dos ataques.

Esse foi o primeiro alerta do tipo em quase um ano de conflito em constante escalada entre Israel e Hezbollah. O aviso foi enviado após uma intensa troca de tiros no domingo, 22, quando o Hezbollah lançou cerca de 150 foguetes, mísseis e drones no norte de Israel.

Os ataques do Hezbollah foram uma retaliação ao bombardeio israelense que matou cerca de dez comandantes do grupo extremista, sendo um deles do alto escalão. Segundo o governo libanês, os mortos e feridos no ataque incluem mulheres, crianças e profissionais de saúde.

Os caças israelenses atacaram cidades ao longo da fronteira sul do Líbano e no Vale do Beca, cerca de 30 km a leste de Beirute. Na capital, há relatos de tráfego intenso de carros saindo da cidade em direção a locais que seriam mais seguros.

A área não havia sido atingida anteriormente por ataques aéreos, mas fica entre aldeias cristãs e muçulmanas xiitas, afirmou um morador, que não quis ser identificado.

O bombardeio revela que Israel está atacando uma área mais ampla do território libanês a partir de agora. O Hezbollah afirma ter retaliado o ataque com o disparo de "dezenas" de mísseis em direção a Israel. Os militares israelenses confirmam 35 disparos, com alguns deles caindo em terra.

Parte do alerta israelense chegou aos civis libaneses quando os jatos israelenses já sobrevoavam os céus do país. Em uma declaração à agência de notícias britânica Reuters, o chefe da operadora de telecomunicações libanesa Ogero afirmou que Israel fez mais de 80 mil tentativas de ligação na segunda-feira, pedindo que as pessoas saíssem de determinadas áreas.

Ao menos um ministro do governo do Líbano confirmou que mensagens de texto e de voz também chegaram a residentes do sul do país, indicando que saíssem de territórios onde o Hezbollah atua ou armazena armas.

A popular estação de rádio Voice of Lebanon afirmou ter sido hackeada pelas forças israelenses, que transmitiu a mensagem ao vivo.

As Forças Armadas israelenses também publicaram um mapa mostrando 19 aldeias e cidades no sul do Líbano que estariam dentro do escopo das ações militares, mas não detalhou quais delas seriam alvos dos novos ataques ou deveriam ser evacuadas.

Questionado se o anúncio indicava que Israel preparava uma invasão terrestre do território libanês, Hagari afirmou que, no momento atual, o foco seria apenas na "campanha aérea".

Em Beirute, alvo de um bombardeio na sexta-feira, escolas particulares pediram que os pais de alunos buscassem seus filhos, diante da possibilidade de ataques. Do lado de fora de uma escola no leste da capital, o New York Times descreveu uma cena de confusão, com a rua congestionada pelo trânsito, dezenas de estudantes de ensino médio a espera de seus responsáveis, e estudantes mais novos saindo correndo da escola, segurando as mãos dos pais.

A troca de hostilidades entre Israel e Hezbollah atingiu um ponto crítico desde o início da guerra em Gaza.

A situação escalou na semana passada, quando uma operação atribuída aos israelenses - negada pelo presidente do país no fim de semana - explodiu milhares de aparelhos pager e walkie-talkies usados pelo grupo libanês. Dezenas morreram e mais de 3 mil ficaram feridos, segundo as autoridades libanesas.

O Hezbollah respondeu com força. Centenas de foguetes foram disparados de diferentes pontos do sul do Líbano contra o norte de Israel, forçando as autoridades do Estado judeu a fecharem o espaço aéreo de parte do país no fim de semana e emitirem restrições de segurança para a população civil. No domingo, o grupo disparou cerca de 150 foguetes, mísseis de cruzeiro e drones, atingindo uma área civil perto de Haifa, a terceira cidade mais importante do país.

Após os novos ataques israelenses na manhã de segunda-feira, o Hezbollah voltou a retaliar. Sirenes de alerta voltaram a soar no norte de Israel, com as Forças Armadas confirmando que 35 projéteis foram lançados contra a cidade de Safed, um dos principais alvos do movimento libanês até o momento.

Eles foram abatidos ou caíram em áreas abertas, disseram os militares. Serviços de emergência registraram cinco pessoas com ferimentos leves.

A promessa do Hezbollah é de que as ações israelenses no Líbano não passarão sem resposta. O grupo afirmou que só vai suspender as hostilidades contra o Estado judeu quando um cessar-fogo em Gaza for obtido. O movimento libanês é aliado do grupo palestino Hamas, no Eixo da Resistência.

Em meio aos ataques do Hezbollah, o ministro da Defesa israelense, Yoav Gallant, declarou que a população israelense "precisará mostrar calma, disciplina e total conformidade com as instruções do Comando da Frente Interna" nos próximos dias.

Moradores de Katzrin, no norte de Israel, foram instruídos a permanecer perto de abrigos e evitar lugares lotados até novo aviso - uma recomendação que vem sendo reiterada desde a semana passada.

Após o bombardeio de domingo perto de Haifa, o vice-líder do Hezbollah, Naim Qassem, afirmou que o ataque era "apenas o começo" da represália a Israel, afirmando que o conflito havia entrado em "um novo estágio". "O Hezbollah lutará contra Israel de onde eles esperam e de onde eles não esperam", disse Qassem.

Enquanto isso, em Beirute, as autoridades do governo libanês - que se viu em meio ao fogo-cruzado entre Israel e Hezbollah - continua tentando lidar com o impacto dos ataques israelenses.

O Ministério da Saúde do país determinou que os hospitais do sul cancelem a realização de cirurgias eletivas para se concentrarem nos atendimentos de urgência em meio aos bombardeios.

Em paralelo, equipes de resgate continuavam a vasculhar o local de um bombardeio israelense na sexta-feira, que matou Ibrahim Aqil, comandante do braço armado do Hezbollah.

A estimativa é de que entre 10 e 15 pessoas sigam presas nos destroços do prédio residencial atingido - Israel afirma que o local era utilizado para reuniões e planejamento de atividades do movimento libanês.

Reuters



Os caças israelenses atacaram cidades ao longo da fronteira sul do Líbano e no Vale do Beca, cerca de 30 km a leste de Beirute. Na capital, houve tráfego intenso de carros saindo da cidade para locais seguros

CAUTELA

EUA vão enviar mais tropas para o Oriente Médio

Os EUA estão enviando tropas adicionais para o Oriente Médio em resposta a um forte aumento na violência entre Israel e as forças do Hezbollah no Líbano, o que aumentou o risco de uma guerra regional maior, disse o Pentágono nesta segunda-feira, 23

O secretário de imprensa do Pentágono, General Pat Ryder, não forneceu detalhes sobre quantas forças adicionais ou o que elas seriam encarregadas de fazer. Os EUA atualmente têm cerca de 40mil tropas na região.

"À luz do aumento da tensão no Oriente Médio e por excesso de cautela, estamos enviando um pequeno número de militares americanos adicionais para aumentar nossas forças que já estão na região. Mas, por razões de segurança operacional, não vou comentar ou fornecer detalhes", disse.

As novas implantações ocorrem após ataques significativos das forças israelenses contra alvos dentro do Líbano que mataram centenas e enquanto Israel se prepara para conduzir novas operações. O primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu alertou hoje os civis libaneses em uma mensagem gravada em vídeo para evacuarem suas casas antes de novos ataques aéreos. O Departamento de Estado dos EUA está alertando os americanos para deixarem o Líbano, pois o risco de uma guerra regional aumenta.

"Dadas as tensões, dada a escalada, como destaquei, há potencial para um conflito regional mais amplo. Não acho que chegamos lá ainda, mas é uma situação perigosa", disse Ryder.

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, acusou Israel de buscar uma guerra ampla no Oriente Médio e alertou sobre as consequências "perigosas" dos ataques aéreos israelenses no Líbano. Em fala para representantes da mídia, Pezeshkian disse que, embora Israel insista que não quer uma guerra mais ampla, está tomando medidas que mostram o contrário.

"Eles estão nos arrastando para um ponto onde não queremos chegar. Não há vencedor na guerra. Estamos apenas nos enganando", alertou. Pezeshkian também disse que o Irã responderá ao assassinato do líder do Hamas, Ismail Haniyeh, "em um momento e lugar apropriados".

O assessor especial do presidente Lula para assuntos internacionais, Celso Amorim, disse, em avaliação "pessoal", que o ataque de Israel ao Líbano foi "tremendamente revoltante" e "muito perigoso", pelo risco de a escalada militar resultar em "guerra total".

"Estamos falando de um lugar com muitos brasileiros", acrescentou, observando também que o Itamaraty já estaria planejando, "com certeza", a retirada de brasileiros. "Já ouvi falar sobre isso, deles", disse, referindo-se ao Ministério de Relações Exteriores (MRE).

"Hoje a retirada seria ainda mais perigosa" do que foi o caso no passado, acrescentou Amorim, ex-chanceler e que esteve em 2006 no Líbano. "Deu muito trabalho naquela época", quando foram retirados 3 mil brasileiros, observou o ex-ministro, referindo-se à retirada de brasileiros do país, e que, desde então, a situação se agravou, o que tornaria a retirada, hoje, ainda mais complexa, com dificuldade maior para levar brasileiros para Síria ou Turquia, pela fronteira norte.

Diário Comercial
Terça-feira, 24 de setembro de 2024

SANÇÕES

Venezuela tenta normalizar relações externas, após asilo

O país caribenho voltou a ser alvo de sanções econômicas unilaterais dos EUA e foi acusado de violações de direitos humanos durante os protestos pós-eleitorais

Reuters



Maduro e Guterres conversaram por telefone em um clima "amigável e fraternal" sobre as tentativas de desestabilizar politicamente o país

Após o opositor Edmundo González conseguir asilo na Espanha, a Venezuela tenta normalizar as relações externas em meio à pressão contrária dos Estados Unidos (EUA), da Europa e de parte dos países latino-americanos.

Depois que González deixou a Venezuela, frustrando expectativas dos opositores com alguma reviravolta política, o país caribenho voltou a ser alvo de sanções econômicas unilaterais dos EUA. Além disso, o governo voltou a ser acusado de violações de direitos humanos durante os protestos pós-eleitorais, e a Assembleia da União Europeia (UE) reconheceu González como presidente da Venezuela.

Enquanto isso, uma operação policial prendeu mercenários acusados de articular o assassinato de Maduro, e foi divulgado documento em que o candidato González acata a decisão do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) que ratificou a reeleição do presidente na votação do dia 28 de julho.

Em meio a esses acontecimentos, o governo venezuelano tem buscado se fortalecer no cenário internacional por meio de aliados imunes à influência dos EUA e de negociações com representantes das Nações Unidas (ONU). Nesse sábado (21), o presidente Maduro se reuniu com Gianluca Rampolla del Tindaro (na foto, ao centro), coordenador residente da ONU na Venezuela.

"Conversamos sobre importantes dados detalhados da conspiração que está sendo promovida desde o território estadunidense para provocar violência e ataques terroristas contra a Venezuela", afirmou Maduro em uma rede social.

Na última sexta-feira (20), o governo venezuelano afirmou que Maduro e o secretário-geral da ONU, António Guterres, conversaram por telefone em um clima "amigável e fraternal" sobre as tentativas de desestabilizar politicamente o país.

"Ambos os dignatários coincidiram em apoiar as consultas com distintos setores políticos, sociais e econômicos que impulsiona o Governo Bolivariano olhando para o futuro e dissipando qualquer ameaça de desestabilização na Venezuela", destacou o Ministério das Relações Exteriores da Venezuela.

Ao mesmo tempo, o chanceler venezuelano, Yvan Gil Pinto, tem divulgado agendas com diplomatas de países como Rússia, Guiné Bissau e Colômbia.

Para o professor de relações internacionais do Ibmec SP, Alexandre Pires, apesar do esforço do governo venezuelano, a situação é de maior isolamento internacional após saída de González. E, apesar do apoio de países como Rússia e China, a Venezuela continua dependente economicamente dos EUA.

"Ela tem aliados políticos, mas não tem aliados economicamente interessantes. Seus principais aliados econômicos sempre foram a América do Norte e a Europa Ocidental. Ela não vai ter como vender o seu gás ou petróleo, por exemplo, para a Rússia, que é um dos grandes produtores e exportadores mundiais. E, mesmo a demanda chinesa, ela é uma demanda por um tipo de combustível que não é um petróleo tão pesado igual ao da Venezuela", ponderou.

Na semana passada, o governo venezuelano divulgou carta do candidato opositor Edmundo González admitindo que aceita a decisão do TSJ que ratificou a vitória de Maduro. Até então, Edmundo se negava a reconhecer a decisão e afirmava ter vencido as eleições de 28 de julho.

A carta assinada por Edmundo González foi entregue pelo opositor ao presidente da Assembleia da Venezuela, Jorge Rodríguez, e à vice-presidente da Venezuela, Delcy Rodríguez, em reunião na embaixada da Espanha, onde Edmundo estava hospedado.

Segundo o documento, González afirmou que, "ainda que não concorda com a decisão do TSJ, a acata". Após divulgação do texto, o opositor gravou vídeo informando que foi coagido a assinar a carta, o que foi negado pelas autoridades venezuelanas. Jorge Rodríguez divulgou fotos e áudios da reunião para mostrar que ela ocorreu em um ambiente sem pressão ou coação.

Poucos dias após a saída de Edmundo González, o governo venezuelano informou que prendeu mercenários da Espanha e da República Tcheca, além de um militar estadunidense, responsáveis por organizar uma tentativa de assassinato do presidente Nicolás Maduro. Foram apreendidos ainda 400 fuzis e pistolas que seriam usadas no crime.

O ministro do Interior da Venezuela, Diosdado Cabello, acusou as agências de inteligência dos EUA e da Espanha de estarem por trás do suposto plano de promover "atentados terroristas". Os governos dos EUA e da Espanha negam qualquer operação violenta na Venezuela.

A saída do opositor Edmundo González da Venezuela também foi marcada com a volta de sanções econômicas unilaterais dos EUA contra 16 autoridades do país sul-americano.

Foram sancionadas autoridades das forças de segurança do país, como o Serviço Bolivariano de Inteligência (Sebin), além de funcionários do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e do TSJ, incluindo a presidente do Supremo, a ministra Caryslia Beatriz Rodriguez.

INFLAÇÃO

Kashkari: economia norte-americana continua a mostrar sinais divergentes

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) de Minneapolis, Neel Kashkari, disse na segunda-feira, 23 que a trajetória das taxas de juros dos Estados Unidos dependerá da totalidade de dados que o BC do país irá receber. Segundo o dirigente, o corte na taxa de juros de 50 pontos-base na semana passada pelo Fed foi a decisão correta a ser tomada, mas a política monetária continua restritiva.

"Ainda é muito cedo para declarar vitória em nossa luta contra a inflação, mas fizemos progressos substanciais, e o processo de desinflação parece estar no caminho certo", escreveu o dirigente

De acordo com Kashkari, uma recessão não pode ser descartada, mas seus contatos não veem nenhuma próxima.

Ele afirmou também que a economia norte-americana continua a mostrar sinais divergentes de força, mas ressaltou: "O PIB (Produtos Interno Bruto) e os gastos do consumidor continuam a mostrar resiliência surpreendente."

Kashkari disse que, apesar de ter apoiado o corte de juros de 50 pontos-base (pb) em setembro, o ritmo de flexibilização monetária deve diminuir nas próximas reuniões do BC dos Estados Unidos. O dirigente afirmou que vê mais 50 pb de redução acumulada dos juros em 2024, com dois cortes de 25 pb cada em novembro e em dezembro.

"Estamos cautelosos sobre declarar vitória contra a inflação, mas a balança de riscos claramente mudou. Queremos manter o mercado de trabalho forte", afirmou Kashkari. "Estive no lado mais hawkish do comitê nos últimos anos e ainda vejo a política monetária restritiva, mesmo com o corte de 50 pontos-base", pontuou.

O dirigente afirmou que o Fomc espera alcançar o pouso suave cumprindo ambos os mandatos e que cortes maiores do que os previstos atualmente só devem acontecer se os dados exigirem. De acordo com ele, o Fed gostaria de eventualmente retornar os juros para o nível neutro, mas os dirigentes ainda não sabem "exatamente" qual seria este nível.

De todo modo, a visão sobre a necessidade de reduzir o nível de restrição dos juros foi "unânime", segundo Kashkari. "Apesar das divergências sobre o tamanho da redução, ninguém no FOMC considerou a manutenção dos juros, nem mesmo Bowman", afirmou, em referência à diretora do BC norte-americano, Michelle Bowman, a única a votar por um corte menor, de 25 pontos-base.

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) de Atlanta, Raphael Bostic, enfatizou que o corte de 50 pontos-base (pb) na taxa de juros na semana passada não garante o ritmo de futuras reduções. O dirigente defendeu ainda que a política monetária continua restritiva, apesar da flexibilização.

"Minha abordagem para formulação de políticas será orientada pelos dados recebidos", disse.

Bostic afirmou que o Fed tem dois riscos amplamente equilibrados: o risco de se mover muito rápido para reduzir o nível de restrição e o de deixar a política restritiva por muito tempo.

O presidente do Federal Reserve de Atlanta disse ainda que a economia está "efetivamente" perto das condições que seriam consideradas normais. O dirigente afirmou que o progresso na inflação aconteceu mais rápido do que era esperado e que o aumento de preços está quase em linha com a meta de 2%.

"Os dados mais recentes solidificam a minha convicção de que a economia dos Estados Unidos está de fato voltando de forma sustentável para a estabilidade de preços", disse Bostic.

"Está na hora de o Federal Reserve fazer as taxas voltarem ao território neutro", disse Bostic, acrescentando que sua estimativa está na faixa de 3% a 3,25%. Segundo ele, a inflação está se aproximando da meta do BC norte-americano e o mercado de trabalho em melhor equilíbrio.

Por outro lado, se o mercado de trabalho se deteriorar, o Fed terá motivos para adotar um ritmo mais rápido de cortes até chegar ao juro neutro, mas esse não é o seu cenário base, ponderou Bostic. "Espero alguma instabilidade na inflação daqui para frente, vamos esperar para ver o que é necessário fazer nas taxas", disse, durante evento no Centro Europeu de Economia e Finanças, na Universidade de Londres.

O banqueiro central comentou ainda que, antes de o Fed iniciar o ciclo de afrouxamento com corte de 0,5 ponto porcentual, ele estava preocupado baixar os juros liberaria demanda reprimida, mas agora entende que essa dinâmica pode ser substancialmente menor do que o pensado. "As expectativas de inflação de longo prazo permanecem relativamente estáveis", diz.

JUROS

Bolsas da Europa fecham em leve alta

As bolsas da Europa fecharam a sessão de segunda-feira, 23, majoritariamente em alta, conforme o apetite por risco sustentado nos Estados Unidos se sobrepõe, ao menos por ora, a preocupações com o estado atual da economia da zona do euro.

Em Londres, o FTSE 100 subiu 0,36%, a 8.259,71 pontos e o DAX, referência em Frankfurt, teve ganhos de 0,58%, a 18.828,49 pontos. Já o Ibex 35, de Madri, teve alta de 0,44%, para os 11 805,60 pontos. O PSI 20, de Lisboa, subiu 0,31%, aos 6.737,35 pontos. As cotações são preliminares.

Índices de gerentes de compras (PMIs, na sigla em inglês) decepcionantes na zona do euro, na Alemanha e no Reino Unido não foram suficientes para minar completamente o ímpeto comprador de ações europeias na segunda-feira, na medida em que agentes seguem repercutindo cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) e pelo Banco Central Europeu (BCE).

Em Londres, Rio Tinto e Glencore subiram 0,53% e 1,80%, respectivamente, mesmo com a queda do minério de ferro e o aumento do número de analistas pessimistas com exportadoras de metálicas.

Já em Frankfurt, Mercedes avançava 1,98% e se recuperava parcialmente de perdas sentidas ao anunciar guidance menos otimista.

Na ponta negativa, o BNP Paribas recuou 3,77% e limitou o avanço do CAC 40 a 0,10%, a 7.508,08 pontos, após o anúncio de que o banco está comprando a operação de private banking do HSBC (+1,48% em Londres) na Alemanha.

O FTSE MIB, de Milão, fechou em queda de 0,24%, a 33.679,80 pontos, pressionado pela queda de 3,30% do UniCredit que aumentou sua fatia no Commerzbank para cerca de 21%. O banco alemão cedeu 5,90%.

As bolsas asiáticas fecharam majoritariamente em alta na segunda-feira, 23, após o banco central chinês reduzir uma de suas taxas de juros e diante de expectativas de mais estímulos de Pequim.

Na China continental, o índice Xangai Composto subiu 0,44%, a 2 748,92 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto avançou 0,14%, a 1.496,82 pontos, em meio ao bom desempenho de ações de software e de bancos.

O PBoC, como é conhecido o BC chinês, reduziu nesta segunda-feira a taxa de recompra reversa de 14 dias em 10 pontos-base, após decepcionar com a manutenção de seus juros principais no fim da semana passada. Investidores também aguardam coletiva com os principais reguladores financeiros da China, na terça-feira, 24, esperançosos de que medidas de estímulo adicionais sejam anunciadas.

Em outras partes da Ásia, o sul-coreano Kospi teve alta de 0,33% em Seul, a 2.602,01 pontos, e o Taiex assegurou ganho de 0,57% em Taiwan, a 22.285,53 pontos. Em Hong Kong, por outro lado, o Hang Seng encerrou o pregão em baixa marginal de 0,06%, a 18 247,11 pontos.

Em Tóquio, não houve negócios nesta segunda-feira em função de um feriado no Japão. Na sexta-feira, 20, o índice Nikkei subiu cerca de 1,5% após o BC japonês (BoJ, na sigla em inglês) deixar seu juro básico inalterado.

Na Oceania, a bolsa de Sydney ficou no vermelho, após atingir patamar recorde na sessão anterior, em um dia marcado por cautela antes de decisão sobre o juro australiano, na terça-feira. O índice S&P/ASX 200 caiu 0,69%, a 8.152.90 pontos, sob o peso de ações financeiras e de mineração.

POTÊNCIA VERDE

Silveira: licença para margem equatorial está na fase final

O ministro afirmou que o Brasil é o celeiro de energias limpas e renováveis do mundo, é uma potência verde e não pode abrir mão da exploração e produção de petróleo

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou na segunda-feira (23) que o Brasil está em fase "quase final" para obter a licença para exploração de petróleo na margem equatorial. Localizada no litoral norte do país, a área é tida como novo pré-sal, devido ao potencial de reservas de petróleo.

"O governo que quer cumprir rigorosamente toda legislação ambiental e está em fase quase que final de avançar na possibilidade de, primeiro diagnosticar as nossas riquezas na margem equatorial, e depois, soberanamente, decidir sobre essa exploração", disse a jornalistas, no Rio de Janeiro.

Silveira deu a declaração logo após participar da abertura do ROG.e 2024, anteriormente conhecido como Rio Oil & Gas. O evento é um dos maiores da indústria do petróleo e gás no mundo e reúne representantes de empresas nacionais e internacionais e autoridades.

Segundo o ministro, o Brasil é o "celeiro de energias limpas e renováveis do mundo" e não pode abrir mão da exploração e produção de petróleo.

"O Brasil é a grande potência verde global, nós temos autoridade para dizer que a nossa matriz é plural e não podemos abrir mão dessa pluralidade", declarou.

A margem equatorial abrange uma área que vai da costa do Rio Grande do Norte à do Amapá. A potencial exploração de óleo na região, que inclui a foz do Rio Amazonas, é criticada por ambientalistas, preocupados com possíveis danos ambientais.

A Petrobras pleiteia licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ligado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para iniciar com o trabalho de exploração no litoral, que inclui a Bacia da Foz do Amazonas.

O ministro garantiu que a Petrobras vem cumprindo condicionantes ambientais. "À medida que a Petrobras vem cumprindo, a gente vem apoiando cada vez mais esse licenciamento". Ele não cravou um prazo para a estatal obter a autorização do Ibama.

Agência Brasil



Silveira: "uma nação imensa como a Índia não confiaria em qualquer um. Eles estão em crescimento acelerado e precisam dos melhores especialistas"

Silveira enfatizou que a Petrobras é empresa referência mundial na exploração de petróleo offshore (no mar) e contou que se encontrou, na semana passada, com representantes do governo indiano interessados em uma parceria com a estatal brasileira para a busca de petróleo em águas profundas e ultraprofundas no Oceano Índico.

"Uma nação imensa como a Índia não confiaria em qualquer um. Eles estão em crescimento acelerado e precisam dos melhores especialistas."

Alexandre Silveira defendeu que, enquanto houver demanda por petróleo no mundo, o Brasil deve se posicionar como produtor global. Atualmente, o país é maior produtor da América do Sul e o nono do mundo.

"Não deixaremos de ser exportadores para sermos importadores, isso não seria justo com brasileiras e brasileiros", disse.

"O presidente Lula não abre mão de aproveitar todas as potencialidades do Brasil para entregar o legado de um país mais inclusivo, e a nossa pluralidade energética é a nossa grande força", completou.

O ministro citou fontes de energia limpa como a hidroeletricidade, solar, eólica, biomassa e biocombustíveis para mostrar que o Brasil está no caminho da transição energética para uma economia com baixo uso de combustíveis poluentes.

Alexandre Silveira aproveitou a conversas com os jornalistas para reforçar que o Brasil não enfrenta risco de insegurança energética e que uma possível volta do horário de verão será tratada pelo governo com "tranquilidade" e levando em consideração o efeito no cotidiano dos brasileiros.

Segundo ele, o adiantamento dos relógios seria uma ferramenta para buscar melhorar o preço da energia ao consumidor. Na última quinta-feira (19), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) recomendou ao governo a volta da adoção do horário de verão.

Durante a abertura do ROG.e, o ministro assinou a portaria que cria o programa Potencializa E&P. A iniciativa pretende incentivar o desenvolvimento sustentável da exploração e produção de óleo e gás, com atenção em novas fronteiras exploratórias e campos de economicidade marginal (com menos interesse comercial).

O Potencializa E&P contará com participação do Ministério de Minas e Energia (MME), da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM), além de outras instituições convidadas, que não terão direito a voto.

A criação do programa dá números ao interesse do governo na margem equatorial. Segundo o MME, a expectativa é que sejam investidos R$ 280 bilhões na área com reservas potenciais de 10 bilhões de barris de petróleo e potencial para geração de 350 mil empregos.

O ROG.e reúne até quinta-feira (26), no Boulevard Olímpico, zona portuária do Rio de Janeiro, nomes da indústria do petróleo mundial, entre produtores e fornecedores.

No ambiente corporativo dedicado à exploração do combustível fóssil, os participantes da mesa de abertura defenderam que não há incoerência entre incentivar a atividade e, ao mesmo tempo, buscar caminhos para a transição energética.

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, explicou que o interesse da estatal na margem equatorial faz parte do processo de segurança energética, "de forma segura e ambientalmente responsável".

Ela frisou que o Brasil tem cerca de 50% da matriz energética de fontes renováveis, marca superior à média mundial, 16%. "O Brasil espera chegar em 2050 com 64%", informou.

Ela citou que, além de produção de combustíveis mais verdes, como o biodiesel, a Petrobras colabora com a transição energética por meio de técnicas mais limpas de produção.

POSICIONAMENTO

Datena diz não se arrepender de cadeirada, mas não repetirá ato

O candidato do PSDB à Prefeitura de São Paulo, José Luiz Datena, afirmou na segunda-feira, 23, durante sabatina realizada pelo SP1, da TV Globo, que não se arrepende de ter dado uma cadeirada em Pablo Marçal (PRTB) durante o debate na TV Cultura no domingo, 15. O tucano, no entanto, prometeu não repetir o ato de violência contra o ex-coach, além de negar ter utilizado o episódio para angariar dividendos eleitorais.

"[...] Agora, se eu faria de novo, evidente que não faria. Esse sujeito, que foi condenado por um crime qualificado, bandido, que me acusou de inverdade, vai responder no foro adequado, que é onde o bandido tem que responder: na Justiça. Mas eu jamais farei isso de novo [...] Se foi utilizado pela campanha, foi mal utilizado, porque eu, em momento algum, fui consultado e não autorizei absolutamente o uso eleitoral disso. Jamais. É uma coisa que não me orgulho de forma alguma e não aconselho ninguém a fazer", disse.

Após o episódio, a campanha de Datena veiculou uma peça de propaganda eleitoral na rádio, onde o candidato justifica a agressão.

Questionado sobre segurança pública, Datena reafirmou sua intenção de aumentar o efetivo da Guarda Civil Metropolitana (GCM), que atualmente conta com 7.039 agentes, além de defender o fornecimento de mais armamento para a corporação.

Youtube Brasil Urgente - Reprodução


Datena: "é uma coisa que não me orgulho e não aconselho ninguém a fazer"

"Depende da necessidade. Esses grupos que vão utilizar fuzis podem ser muitos ou não; depende da necessidade. E a violência é cada vez mais crescente em São Paulo. Quanto à guarda, os pelotões serão equipados de acordo com a necessidade do uso de letalidade em determinados batalhões. Quando for enfrentar o crime organizado e a vítima estiver em risco de morte, então o agente será obrigado a utilizar armas letais - não necessariamente para matar, mas para impedir que as vítimas sejam mortas", explicou.

"Quem vai usar fuzis são batalhões especiais, como tem batalhões especiais da polícia que usam fuzis", completou.

Datena também defendeu um maior diálogo tanto com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), quanto com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para combater o crime organizado na capital paulista.

"Todos os atores têm que participar, senão você nunca vai acabar com a violência. Desde a grande violência gerada pelo tráfico de drogas, que movimenta uma quantia enorme de dinheiro, sendo a principal máfia do país e uma das maiores do mundo, até a violência de rua", afirmou.

Em relação à Cracolândia, o tucano propôs que a prefeitura adote ações humanizadas para tratar os dependentes químicos e se declarou favorável à internação compulsória dos usuários de drogas.

"A partir do momento em que um cidadão responsável pela saúde determinar que alguém tomado quimicamente pela droga precisa ser tratado, a internação compulsória deve ser realizada. É lei, e isso precisa ser aplicado", pontuou.

Ainda sobre o tema, Datena criticou as medidas adotadas por gestões anteriores na região da Cracolândia, incluindo a instalação de grades para separar o fluxo de usuários. "O dependente químico não pode ser tratado com violência, como está sendo feito, com grades espalhadas pela cidade, jatos d'água para mudar o fluxo, e assim por diante."

Na área da saúde, o tucano afirmou que pretende ampliar o horário de atendimento dos equipamentos públicos e prometeu construir mais hospitais e UPAs nas periferias da cidade. "Se for possível construir mais UPAs, nós vamos construir mais UPAs. Se for possível construir hospitais, nós vamos construir."

PERFORMACE

Marçal chama a cena na ambulância de 'patética'

Após admitir que o vídeo em que aparece em uma ambulância recebendo oxigênio, após levar uma cadeirada de José Luiz Datena (PSDB) no debate da TV Cultura, dia 15, se tratou de uma "cena", Pablo Marçal (PRTB) voltou a falar do assunto na segunda-feira, 23, afirmando que achou a gravação "patética".

"Achei patético ter filmado e mostrado, fora da ambulância e tudo. Reprovei e quase desliguei a pessoa que fez isso", afirmou o candidato à Prefeitura de São Paulo em sabatina do Valor, O Globo e Rádio CBN na segunda-feira, 23.

Na última semana, o influenciador, que frequentemente vincula sua imagem à de um atleta de alta performance, afirmou em um evento com empresários que "dava para ir correndo para o hospital". Marçal também disse que a gravação - em que aparece com os olhos fechados e com uma máscara de oxigênio sobre o rosto, sendo atendido por uma mulher enquanto homens gritam e fazem sinais para os carros em volta da ambulância - tratou-se de sua equipe querendo "fazer uma cena".

Marçal foi questionado se não "manda" em sua campanha, já que afirmou que acha o vídeo "patético", mas, mesmo assim, o conteúdo se tornou público.

"Mando, o problema é que, às vezes, a pessoa está emocionada e quer mostrar coisas que não precisa mostrar", afirmou o ex-coach, que disse que não sabia que a gravação tinha sido postada e, quando soube, "mandou resolver". "Depois que mandei resolver isso já tinha ido para 10 mil (perfis do) Instagram, aí ninguém segura nunca mais."

Datena, que acertou a cadeirada em Marçal, também voltou a falar do episódio e de uma possível ingerência em sua equipe relativa a uma peça de propaganda eleitoral veiculada na rádio, onde o candidato justifica a agressão. Nesta segunda-feira, durante sabatina realizada pelo SP1, da TV Globo, o tucano negou ter utilizado o episódio para obter vantagem política, dizendo que "não se orgulha" do que fez.

"Agora, se eu faria de novo, evidente que não faria. Esse sujeito, que foi condenado por um crime qualificado, bandido, que me acusou de inverdade, vai responder no foro adequado, que é onde o bandido tem que responder: na Justiça. Mas eu jamais farei isso de novo. Se foi utilizado pela campanha, foi mal utilizado, porque eu, em momento algum, fui consultado e não autorizei absolutamente o uso eleitoral disso. Jamais. É uma coisa que não me orgulho de forma alguma e não aconselho ninguém a fazer", disse.

Após a cadeirada, o índice de rejeição ao ex-coach, segundo o Datafolha, oscilou três pontos para cima em uma semana. Desde o início de agosto, Marçal cresceu 17 pontos em rejeição do eleitor paulistano, quando marcava 30% - agora são 47%.

EXPANSÃO

BDMG liberou R$ 33 bilhões em crédito em duas décadas

Parte desses recursos estimulou a geração de mais de 340 mil postos de trabalho, R$ 500 milhões em ICMS e o faturamento de R$ 28 bilhões na economia mineira

Divulgação



A belo-horizontina Blip virou uma gigante na área de tecnologia, oferecendo uma plataforma de contatos inteligentes presente em 32 países

De uma pequena loja de celulares, em 1997, a belo-horizontina Blip virou uma gigante na área de tecnologia, oferecendo uma plataforma de contatos inteligentes presente em 32 países. Já a Bem Brasil construiu sua primeira fábrica em 2006, no Triângulo Mineiro, sem imaginar que, em menos de 20 anos, responderia por 53% do consumo nacional de batatas.

Mesmo em segmentos distintos, essas empresas têm um ponto em comum: contaram com o crédito do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) para se tornarem líderes no mercado. Neste mês, a instituição, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG), completa 62 anos de atuação, trazendo um balanço do impacto do banco nos últimos 20 anos.

Ao todo, foram liberados R$ 33,3 bilhões em financiamentos, atendendo quase 67 mil empresas e mais de 730 prefeituras. Além disso, 40% desses desembolsos ocorreram a partir de 2019, reforçando a política de incentivo ao empreendedorismo desta gestão do Governo de Minas. Essa atuação estimulou a geração de mais de 340 mil empregos, R$ 500 milhões em ICMS e o faturamento de R$ 28 bilhões na economia mineira.

Para o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio, esse desempenho reforça o papel do banco como parceiro do Governo de Minas na busca pelo crescimento econômico e na meta de alcançar 1 milhão de empregos gerados.

"Os números demonstram com transparência porque Minas é hoje o melhor lugar para se investir. Nos últimos seis anos, o BDMG praticamente dobrou o crédito. Isso é marca e efeito de um governo que mantém um ambiente atrativo para os negócios e, consequentemente, garante mais empregos e qualidade de vida para os mineiros", destaca.

O presidente do BDMG, Gabriel Viégas Neto, lembra que o banco esteve presente em quase 100% dos municípios, operando em 847 das 853 cidades mineiras. "Com o recurso em caixa, as empresas modernizam seus negócios, se tornam mais competitivas, geram emprego, renda e transformam a realidade das pessoas das cidades em que estão localizadas e, claro, do estado. Na prática, o BDMG faz a diferença na vida dos mineiros", afirma.

Entre as empresas que cresceram a partir da parceria com o banco, a Blip é um importante case de salto no mercado. Desde a comercialização de celulares, na década de 90, a empresa passou por diversas evoluções até criar uma plataforma de ponta para a orquestração de Contatos Inteligentes, que ajuda empresas a vender, engajar e se relacionar com clientes em canais de mensagem, como o WhatsApp.

Nessa trajetória, contratou quase todas as linhas de inovação do banco em 24 operações que, juntas, totalizam R$ 24,5 milhões. Atualmente, entre os 4 mil clientes da Blip estão Itaú, Dell e Claro.

O co-founder e chairman, Daniel Costa, ressalta que o crédito foi essencial para serem pioneiros no mercado. "Com o crédito, adquirimos robustez para investir em áreas-chave, como tecnologia, produto e desenvolvimento de equipe", aponta Daniel Costa.

O protagonismo nacional alcançado pela empresa Bem Brasil também tem relação direta com o BDMG. Foram 15 financiamentos que somam R$ 100 milhões, possibilitando a expansão e criação de novas linhas de produção. Em 2023, com produção de 430 mil toneladas de batata processada, o faturamento foi de R$ 3,7 bilhões.

"A Bem Brasil está no mercado há 17 anos, e a parceria com o BDMG tem sido de grande importância para o crescimento da empresa, por meio de uma boa combinação de taxas, prazos e produtos financeiros", afirma Klinger Vidal, diretor administrativo e financeiro da companhia, que tem 1.300 funcionários nas unidades de Araxá e Perdizes, no Alto Paranaíba.

Com 152 anos de existência, a Cedro Textil é uma das dez empresas mais antigas do país em atividade. Os registros datam os primeiros financiamentos com o BDMG da década de 70, em um ciclo de modernização de seu parque industrial.

Líder no mercado têxtil nacional e latino-americano de tecidos para uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs), além da linha de jeans e sarjas para moda, a Cedro tem quatro fábricas em Pirapora, Sete Lagoas e Caetanópolis. No histórico mais recente com o banco, foram realizados 20 financiamentos com o BDMG que somam R$ 114,3 milhões.

"O BDMG nos apoiou em momentos cruciais de modernização, mas também em momentos em que foi necessária sua compreensão para construção de soluções conjuntas. Me relaciono com diversas instituições financeiras, sendo o BDMG aquele que possui os processos mais confiáveis", afirma o diretor financeiro Fábio Mascarenhas.

A companhia produz tecidos profissionais para uniformes e EPIs, além de jeans e brins para moda. São 70 milhões de metros de tecidos por ano que, em linha reta, correspondem a oito vezes e meia a extensão da costa brasileira.

APOSENTADO

Programa Voa Brasil vende dez mil passagens a R$ 200 em dois meses

Rovena Rosa - Agência Brasil



Aeroporto: o município mais procurado pelos aposentados do INSS foi São Paulo, com 2.918 passagens adquiridas por aposentados vindos de 47 municípios

O programa Voa Brasil comercializou cerca de 10,4 mil passagens para 68 destinos brasileiros desde que foi lançado, no fim de julho. O programa permite a compra de bilhetes a R$ 200 cada trecho, mais o valor da taxa de embarque.

O Voa Brasil é destinado a aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), independente da faixa de renda e que não tenham viajado nos últimos 12 meses.

Nesta fase inicial, a quantidade de passagens vendidas corresponde a cerca de 0,34% dos 3 milhões de bilhetes que foram disponibilizados a 23 milhões de aposentados. Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), responsável pelo programa, o programa está em fase inicial e em plena expansão.

"Desde o lançamento, a plataforma do Voa Brasil na internet já recebeu mais de 150 mil acessos de aposentados", informou o Ministério.

O programa não conta com subsídio do governo federal para a aquisição de passagens aéreas, funcionando com base na liberdade de oferta das companhias aéreas parceiras.

Nestes 58 dias de Voa Brasil, os destinos mais procurados foram São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Cerca de 45% dos voos do programa foram para o Sudeste e 40% para o Nordeste.

O município mais procurado pelos aposentados do INSS foi São Paulo, com 2.918 passagens adquiridas por aposentados vindos de 47 municípios. A cidade do Rio de Janeiro foi o segundo destino mais procurado, com a venda de 963 bilhetes, recebendo passageiros de 25 cidades.

No Nordeste, Fortaleza (CE) foi a cidade mais procurada pelos beneficiários do programa (922 passagens). De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos, um em cada quatro bilhetes vendidos para a região no primeiro mês de funcionamento do Voa Brasil foi para aeroportos cearenses, sendo que os mais procurados foram os da capital, Fortaleza; Juazeiro do Norte, no sul do estado; e Jericoacoara, distrito do município de Jijoca, no litoral oeste do Ceará.

No Nordeste também, o Recife figura na quarta posição e foi a opção de destino de 775 passagens do Voa Brasil.

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), responsável pelo programa de inclusão social da aviação civil, entende que o fato de haver procura por quase 70 destinos domésticos mostra que os aposentados têm procurado também cidades que não são grandes centros urbanos. "O Voa Brasil permite que o aposentado encontre tarifas baixas para visitar seus parentes ou cidades turísticas, fora do período de temporada".

O Voa Brasil tem voos para todos os estados, alguns operados por mais de uma companhia aérea. Para acessar o sistema, é preciso ter conta perfil nível ouro ou prata no portal único de serviços digitais do governo federal, o gov.br.

Após o acesso, o sistema verifica se há oferta disponível nas companhias aéreas participantes. Caso não encontre voo para a cidade desejada, os interessados podem pesquisar por um município próximo ou em datas alternativas para a próxima viagem.

A dica do MPor é buscar a ida e a volta por empresas diferentes, para aumentar a possibilidade de encontrar passagens nas datas desejadas. Outra recomendação é planejar as viagens com antecedência e dar preferência a dias de menor procura, como de terça a quinta-feira, e períodos de baixa temporada, entre março e junho ou agosto e novembro.

O benefício é pessoal e intransferível, ou seja, apenas o titular poderá realizar a viagem. O limite de R$ 200 por trecho não inclui as tarifas de embarque cobradas no momento do pagamento. Os valores das tarifas de embarque variam conforme o aeroporto.

As passagens adquiridas pelo Voa Brasil dão direito a uma bagagem de mão (de até 10 quilos) e uma bolsa ou mochila pequena.

A estratégia do programa de Voa Brasil se baseia no aproveitamento de assentos disponíveis em voos com baixa ocupação e permite às companhias aéreas ajustar suas ofertas conforme a demanda. São as companhias aéreas que definem os trechos e a quantidade de assentos a serem disponibilizados dentro do programa.

As opções de pagamento são definidas pela companhia emissora das passagens aéreas, assim como os pedidos de reembolso. Em caso de cancelamento do bilhete, após a realização do pagamento a R$ 200 por trecho, não haverá restituição do valor.

O Ministério de Portos e Aeroportos esclarece que o governo federal não realiza o gerenciamento sobre rotas, datas, horários e assentos a serem ofertados pelas companhias aéreas no âmbito do programa. O governo federal também não pede para que seja feito pagamento via PIX no momento da compra.

A expectativa do Ministério de Portos e Aeroportos é lançar a segunda etapa do Voa Brasil no primeiro semestre de 2025, para incluir na lista estudantes de instituições de ensino público.

DIA DO CONTADOR

Presidente do CRC-RJ destaca importância das novas tecnologias para a classe contábil

No último domingo (22) foi celebrado o Dia do Contador no Brasil. Para marcar a data a equipe do Jornal Diário Comercial questionou entidades importantes do setor no Rio de Janeiro para falar sobre o atual cenário e seus desafios.

Em comum, uma afirmação: A classe trabalha em capacitação para colocar os profissionais de contabilidade aptos a atuar na desafiadora era da Inteligência Artificial.

Para o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ), Rafael Machado, as novas tecnologias trazem agilidade, precisão e auxília no planejamento estratégico. Confira os pontos abordados pelo dirigente do CRC-RJ em conversa realizada com a equipe do Diário Comercial.

Inteligência Artificial

"Acredito que o avanço das novas tecnologias, incluindo a Inteligência Artificial, representa tanto um desafio quanto uma oportunidade para a profissão de contador.

A Inteligência Artificial tem potencial para automatizar processos contábeis tradicionais, como a escrituração e a análise de dados financeiros, trazendo mais agilidade e precisão. No entanto, isso não significa que o papel do contador será diminuído. Pelo contrário, acredito que a IA permitirá que o contador se concentre em atividades de maior valor agregado, como o planejamento estratégico, a análise crítica e a consultoria.

O cenário que se deseja requer uma adaptação contínua, e vemos os contadores como protagonistas dessa evolução. A profissão precisa abraçar o uso dessas tecnologias, capacitar-se para trabalhar lado a lado com elas e, acima de tudo, manter seu papel central na interpretação das informações financeiras e na tomada de decisões.

Nossa responsabilidade, enquanto contadores, será ainda maior na era da Inteligência Artificial. Seremos os responsáveis por garantir a integridade dos dados, a ética no uso das novas ferramentas e, principalmente, por continuar oferecendo uma visão estratégica e consultiva, insubstituível pelas máquinas. No Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, estamos empenhados em apoiar e capacitar nossos profissionais para que possam navegar com sucesso por esse novo cenário tecnológico".

Divulgação



O presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ), Rafael Machado: IA a favor da classe contábil

Desafios e conquistas no CRC-RJ

"Nos últimos anos, o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRCRJ) levantou desafios significativos, que exigiram inovação e resiliência para garantir o fortalecimento da profissão contábil. Entre os principais desafios, destaco a pandemia de COVID-19, que impactou profundamente a rotina dos profissionais e as operações das empresas, exigindo que o CRCRJ se reinventasse para continuar oferecendo suporte e orientação aos contadores em um cenário de medo e incerteza.

Durante esse período, a digitalização e a modernização dos serviços prestados pelo CRCRJ foram essenciais. A necessidade de manter a continuidade das atividades de forma remota impulsionou a implementação de plataformas digitais para atendimento, capacitação e emissão de documentos. Essas inovações não apenas garantiram a eficiência do Conselho durante uma crise, como também proporcionaram maior acessibilidade e agilidade para os profissionais, consolidando a transformação digital como um avanço que seguirá beneficiando os profissionais.

Entre as conquistas, uma das mais relevantes foi a ampliação das ações de interiorização, que levou o CRCRJ a diversas regiões do estado, aproximando-se ainda mais dos contadores que atuam fora dos grandes centros. Esse movimento promove a inclusão e o engajamento de profissionais de diferentes localidades, fortalecendo a unidade da classe e promovendo a disseminação de conhecimento, entretenimento e novos relacionamentos aos profissionais e estudantes de ciências contábeis do interior.

Além disso, o CRCRJ intensificou sua atuação em defesa da ética e da fiscalização, garantindo que os contadores sigam atuando dentro dos mais altos padrões profissionais. Esse foco na integridade e qualidade da profissão contribuiu para o reconhecimento e valorização do papel do contador na sociedade, especialmente em um momento em que a transparência e a responsabilidade financeira são essenciais para o sucesso das empresas e para o bem-estar econômico.

Esses avanços, combinados com a atuação ativa do CRCRJ nos debates sobre contabilidade e políticas tributárias, reforçam o compromisso do Conselho em manter a profissão contábil relevante e preparada para o futuro, superando os desafios com inovação e conquistando novos espaços de atuação.

Importante destacar os desafios que a profissão está vivenciando, a reforma tributária e o rápido avanço tecnológico trazem para a contabilidade não devem ser vistos como obstáculos, mas sim como grandes oportunidades para os profissionais da área.

A reforma tributária exigirá que os contadores se adaptem rapidamente às novas regras, o que valorize ainda mais a expertise técnica e estratégica da nossa profissão. Já o avanço tecnológico, com a automação e o uso de Inteligência Artificial, permitirá que o contador se concentre em tarefas de maior valor agregado, como a consultoria e o planejamento financeiro, reforçando o papel de liderança no cenário empresarial.

O CRCRJ está comprometido em preparar os contadores para essas mudanças, fornecendo capacitação contínua e apoio para que possam navegar com sucesso por esse novo contexto, que promete transformar ainda mais a contabilidade em uma atividade estratégica e essencial".

Recado para iniciantes

"Para os profissionais que iniciam a carreira, não têm medo das mudanças e inovações, acreditem no seu potencial e na força da contabilidade como ferramenta de transformação dos negócios e vidas.

Para os empresários que ainda não contam com o apoio de um contador, não subestimem a importância de ter um profissional de contabilidade ao seu lado, não caminhem sozinhos, não há crescimento sustentável sem uma boa gestão contábil, o sucesso é construído com conhecimento, planejamento e parcerias certas, e o contador sem dúvidas é o principal parceiro de qualquer empresa."

CONCESSIONÁRIA AEROPORTO RIO DE JANEIRO S.A.
CNPJ/MF Nº 19.726.111/0001-08 - NIRE 33.3.0031111-4

Ata da AGO realizada em 29/04/2024. 1. Data, Horário e Local: Em 29/04/2024, às 10 (dez) hs, realizada por circularização, com votos dos Acionistas por meio da Plataforma de Governança da Companhia (Atlas Governance), nos termos do art. 121 da Lei nº 6.404/76 e de acordo com a Instrução Normativa DREI nº 81/20. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Registro de Presença de Acionistas, sendo dispensada pelas Acionistas a presença dos membros da administração e do Conselho Fiscal da Companhia, bem como do auditor independente, conforme disposto no Artigo 134 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S/A"). **3. Convocação:** Todos os Acionistas foram regularmente convocados, nos termos do art. 124, § 1º, inc. I, da Lei nº 6.404/76. **4. Publicações:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados no Diário Comercial, ambos na edição digital e impressa de 27/03/2024, na forma do Art. 133, incisos I, II, III e IV, da Lei das S/A e enviados aos acionistas em 28/03/2024. **5. Mesa: Presidente** Sr. Alexandre José Guerra de Castro Monteiro; **Secretária**: Sra. Vivianne de Carvalho Magalhães Rodrigues. **6. Ordem do Dia:** Deliberar, ordinariamente, sobre: **(I)** a tomada das contas dos administradores da Companhia, bem como exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(II)** a proposta de Destinação do Resultado do Exercício da CARJ relativo ao exercício findo em 31/12/2023, após a destinação em questão; **(III)** o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; **(IV)** o parecer dos auditores independentes Pricewatherhousecoopers Auditores Independentes Ltda.; **(V)** o parecer do conselho fiscal devidamente assinado por todos os Conselheiros datado de 14/03/2024; **(VI)** a reeleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para novo mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia que for realizada após a sua eleição, podendo ser reeleitos, sendo eles: **(a)** como membro titular, o Sr. **João Odair Brunozi**; **(b)** como membro titular, o Sr. **Claudinei José de Oliveira**; **(c)** como membra titular, a Sra. **Thairyne Jessica Martins de Oliveira**; e **(d)** como suplente, o Sr. **Anderson Cardozo de Oliveira**; **(VII)** a consolidação da composição do Conselho Fiscal da Companhia; **(VIII)** reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para novo mandato, com duração de 2 (dois) anos, até 30/04/2026, sendo eles: **(a)** como membro titular e presidente, o Sr. **Gan Eugene**; **(b)** como membro titular, o Sr. **Tan Ee**; **(c)** como membro titular, o Sr. **Oh Gim Guan**; **(d)** como membro titular, o Sr. **Victor Marques Alves**; **(e)** como membro titular, o Sr. **Pedro Luis de Freitas Gouvea Junior**; e **(f)** como membro titular, o Sr. **Francisco Macena da Silva**; **(IX)** consolidação da composição do Conselho de Administração da Companhia; **(X)** a fixação da remuneração global anual da administração da Companhia. **7. Deliberações:** Após analisarem as matérias constantes da Ordem do Dia, as Acionistas presentes decidiram, por unanimidade, e sem quaisquer emendas ou ressalvas, **Aprovar**: **(I)** a tomada das contas dos administradores da Companhia, bem como demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, conforme publicados e aqui anexados, sendo dispensada a leitura de tais documentos por serem de conhecimento geral; **(II)** a proposta de Destinação do Resultado do Exercício da CARJ relativo ao exercício findo em 31/12/2023; **(III)** o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; **(IV)** o parecer dos auditores independentes Pricewatherhousecoopers Auditores Independentes Ltda.; **(V)** o parecer do conselho fiscal devidamente assinado por todos os Conselheiros datado de 14/03/2024; **(VI)** a reeleição dos seguintes membros do Conselho Fiscal da Companhia para novo mandato até a próxima AGO da Companhia que for realizada após a sua eleição: como membros titulares, **(a)** o Sr. **João Odair Brunozi**, brasileiro, casado, empresário, CPF/MF nº 511.947.168-49, portador da C.I. nº 5.996.145-4, residente e domiciliado na Alameda Nhambiquaras, 225 - Alphaville Residencial 10, CEP 06540-085, na Cidade de Santana de Parnaíba/SP; **(b)** o Sr. **Claudinei José de Oliveira**, brasileiro, casado, empresário, CPF/MF nº 080.245.958-77, portador da C.I. nº 18.723.039-0, residente e domiciliado na Av. Walter Tomé, 701, Bairro Olímpico, CEP 09570-320, na Cidade de São Caetano do Sul/SP; e **(c)** a Sra. **Thairyne Jessica Martins de Oliveira,** brasileira, administradora, CPF/MF nº 097.340.714-08, portador da C.I. nº 7.621.624, expedida pela SDS/PE, residente e domiciliada na SCES - Trecho 4, Conjunto J, Bloco D, Apto. E 24S2, Condomínio Brisas do Lago, Asa Sul, CEP: 70.200-003, na cidade de Brasília/DF; e como membro suplente, o Sr. **Anderson Cardozo de Oliveira,** brasileiro, contador, CPF/MF nº 659.182.741-20, portador da C.I. nº 1472442 SSP/DF, residente e domiciliado na Rua 36 norte II, 3350, bloco D, 901, CEP 71919-180, na Cidade de Águas Claras/DF. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos e reeleitos tomam posse de seus cargos nesta data, mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, lavrados em folhas apartadas, os quais serão transcritos oportunamente no Livro de Atas de Reunião do Conselho Fiscal da Companhia. Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus cargos até a próxima AGO da Companhia que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos; **(VII)** a consolidação da composição do Conselho Fiscal da Companhia da seguinte forma:

Conselho Fiscal	Vigência do mandato
João Odair Brunozi	Até a próxima AGO da Companhia
Claudinei José de Oliveira	Até a próxima AGO da Companhia
Thairyne Jessica Martins de Oliveira	Até a próxima AGO da Companhia
Anderson Cardozo de Oliveira	Até a próxima AGO da Companhia

(VIII) reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para novo mandato, com duração de 2 (dois) anos, até 30/04/2026, sendo eles: **(a)** como membro titular e presidente, o Sr. **Gan Eugene**, cidadão singapurense, casado, administrador, portador do Passaporte nº K2420037D, CPF/MF nº 236.848.008-05, residente e domiciliado em Singapura, na 67 Compassvale Bow #08-33 544992; **(b)** como membro titular, o Sr. **Tan Ee**, cidadão singapurense, casado, administrador, portador do passaporte nº K2112010R, CPF nº 110.537.531-52, residente e domiciliado em Singapura, na 33 Rochester Drive #11-03, 138638; **(c)** como membro titular, o Sr. **Oh Gim Guan**, cidadão singapurense, casado, administrador, CPF/MF nº 236.848.118-40, portador do Passaporte nº K3546014P, residente e domiciliado em Singapura, na 18 Mugliston Park, 798532; **(d)** como membro titular, o Sr. **Victor Marques Alves**, brasileiro, engenheiro civil, CPF/MF nº 081.451.794-32, portador da C.I. nº 8615291 SDS/PE, residente e domiciliado na Estrada do Encanamento, nº 1048, apt. 1.505, Casa Forte, CEP 52070-000, na Cidade de Recife/PE; **(e)** como membro titular, o Sr. **Pedro Luis de Freitas Gouvea Junior**, brasileiro, administrador, CPF/MF nº 026.280.989-38, portador da C.I. nº 19.900.961-2, residente e domiciliado na Rua Freitas Guimarães, 290, Itararé, CEP 11320-080, na Cidade São Vicente/SP; e **(f)** como membro titular, o Sr. **Francisco Macena da Silva**, brasileiro, administrador, CPF/MF nº 040.239.928-52, portador da C.I. nº 13.865.714-2 SSP, residente e domiciliado na Rua Carlos Censi, 62, Jardim Independência, CEP 03261- 110, cidade e Estado de SP; **(IX)** a consolidação da composição do Conselho de Administração da Companhia da seguinte forma:

Conselho de Administração	Vigência do mandato
Gan Eugene (Presidente)	Até 30 de abril de 2026
Tan Ee	Até 30 de abril de 2026
Oh Gim Guan	Até 30 de abril de 2026
Victor Marques Alves	Até 30 de abril de 2026
Pedro Luis de Freitas Gouvea Junior	Até 30 de abril de 2026
Francisco Macena da Silva	Até 30 de abril de 2026

e **(X) Fixar** a remuneração global anual máxima da administração da Companhia, em até R$ 18.749.000,00 (dezoito milhões e setecentos e quarenta e nove mil reais). **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, lavrando-se a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Mesa: Presidente**: Alexandre José Guerra de Castro Monteiro; e **Secretária**: Sra. Vivianne de Carvalho Magalhães Rodrigues. **Acionistas:** Rio de Janeiro Aeroporto S.A. e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO. (Confere com a original lavrada em livro próprio da Companhia). RJ, 29/04/2024. Vivianne de Carvalho Magalhães Rodrigues - Secretária. JUCERJA nº 6227933 em 09/05/2024.

COOPTEL - COOPERATIVA TELEFÔNICA DA VILA KENNEDY LTDA
NIRE nº 33.4000.1309-3 | CNPJ nº 00.765.309/0001-72
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A COOPTEL, convoca a todos os sócios cotistas que estejam em pleno exercício de seus deveres e direitos para a Assembleia Geral Ordinária (AGO), no dia 04 de Outubro de 2024 a Rua Zâmbia nº 75 em Vila Kennedy, com a primeira chamada as 19:00 para apuração de quórum e segunda chamada as 19:30 que dará início independente de quórum, com o objetivo de tratar dos seguintes assuntos: 1- Apresentação do Balanço do Exercício Anterior; 2- Parecer do Conselho fiscal; 3- Eleição e posse da Nova Diretoria executiva e Conselho Fiscal; 4- Mudança de endereço da sede, 5- Alteração da Periodicidade de Mandato da Diretoria; 6- Autonomia do Presidente em exercício assinar individualmente pela COOPTEL; 7- Outros assuntos relevantes para o bom andamento da COOPTEL. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2024. Aloísio de Souza, Presidente.

CONCESSÃO DE LICENÇA

VITALE V16 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - CNPJ: 50.046.181/0001-65, TORNA PÚBLICO QUE RECEBEU DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO - SMDUE**, ATRAVÉS DO PROCESSO N° **EIS-PRO-2023/11209.03**, LICENÇA MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE HABITAÇÃO N° EIS- LSH-2024/00023, COM VALIDADE DE **48 MESES, COM VENCIMENTO EM 17/09/2028** PARA CONSTRUÇÃO DE GRUPAMENTO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR - PROGRAMA "MINHA CASA, MINHA VIDA" - COMPOSTO POR 240 UNIDADES RESIDENCIAIS, COM 03 BLOCOS DE 05 PAVIMENTOS, NA ESTRADA DO GABINAL, 1284/1336 - FREGUESIA (JACAREPAGUÁ).

Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A.
CNPJ/MF 14.821.124/0001-42 - NIRE 33.3.0030083-0

Aviso aos Acionistas: A Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A. ("Companhia") vem, nos termos do art. 133 da Lei 6.404/76, comunicar aos seus acionistas que os documentos referentes às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 24 de outubro de 2024, encontram-se à disposição dos seus acionistas, na sede da Companhia.

GB CR PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 16.965.684/0001-04 - NIRE 33.3.0031783-0

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária: Ficam os senhores acionistas da **GB CR PARTICIPAÇÕES S/A** ("Companhia"), convocados para Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada de forma semipresencial, conforme Art. 121 da Lei 6404/76 e Instrução CVM 622 de 2020, no dia 01 (hum) de outubro de 2024, sendo a primeira convocação às 10:30 horas, e a segunda e última convocação às 11:00 horas, nas dependências da companhia, localizada à Rua Constante Ramos, nº 96 - Copacabana - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22051-012 e virtualmente o acesso para assembleia será através da plataforma GoogleMeet e todas as informações e detalhes serão enviados por e-mail no dia 30 de setembro de 2024. Os acionistas irão deliberar sobre a seguinte pauta constante na ordem do dia: (i) Eleição dos membros da Diretoria para o biênio 2024 - 2026. Rio de Janeiro - RJ, 23 de setembro de 2024. Renata Wanderley Loureiro de Abreu Sodré - Diretora Presidente.

GB COPACABANA PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 11.268.508/0001-91 - NIRE 33.3.0030569-6

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária. Ficam os senhores acionistas da **GB COPACABANA PARTICIPAÇÕES S/A** ("Companhia"), convocados para Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada de forma semipresencial, conforme Art. 121 da Lei 6404/76 e Instrução CVM 622 de 2020, no dia 01 (hum) de outubro de 2024, sendo a primeira convocação às 16:00 horas, e a segunda e última convocação às 16:30 horas, nas dependências da companhia, localizada à Rua Ministro Viveiros de Castro, n° 134 - Copacabana - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22021-010 e virtualmente o acesso para assembleia será através da plataforma GoogleMeet e todas as informações e detalhes serão enviados por e-mail no dia 30 de setembro de 2024. Os acionistas irão deliberar sobre a seguinte pauta constante na ordem do dia: (i) Eleição dos membros da Diretoria para o biênio 2024 - 2026. Rio de Janeiro - RJ, 23 de setembro de 2024. Renata Wanderley Loureiro de Abreu Sodré - Diretora Presidente.

ILHA CAMBURI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 11.520.626/0001-45 - NIRE 32.3.0003334-2

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária. Ficam os senhores acionistas da **ILHA CAMBURI PARTICIPACOES S.A.** ("Companhia"), convocados para Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada de forma semipresencial, conforme Art. 121 da Lei 6404/76 e Instrução CVM 622 de 2020, no dia 01 (hum) de outubro de 2024, sendo a primeira convocação às 15:00 horas, e a segunda e última convocação às 15:30 horas, nas dependências da companhia, localizada à Av. Dante Michelini, 791 - Jardim da Penha - Vitória/ES, CEP: 29060-235 e virtualmente o acesso para assembleia será através da plataforma GoogleMeet e todas as informações e detalhes serão enviados por e-mail no dia 30 de setembro de 2024. Os acionistas irão deliberar sobre a seguinte pauta constante na ordem do dia: (i) Eleição dos membros da Diretoria para o biênio 2024 - 2026. Rio de Janeiro - RJ, 23 de setembro de 2024. Renata Wanderley Loureiro de Abreu Sodré - Diretora Presidente.

Naturgy

Comunica que, conforme previsto nos Contratos de Concessão assinados com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em virtude da atualização do custo de aquisição do GLP, as tarifas de GLP terão atualização, com vigência a partir de 01/10/2024, tornando sem efeito a publicação de 29/08/24, conforme tabela abaixo.

Estrutura Tarifária de GLP		Vigência: 01/10/2024	
		CEG	CEG RIO
Consumidor	Faixa de Consumo	Tarifa Limite	Tarifa Limite
Residencial	faixa única - (R$/Kg)	18,2885	16,7354
Industrial	faixa única - (R$/Kg)	17,9382	16,4738

Nota: As tarifas acima contemplam os tributos incidentes.

RIO DE JANEIRO AEROPORTO S.A.
CNPJ/MF nº 19.574.759/0001-06 - NIRE 33.3.0031089-4

Ata da AGO realizada em 24/04/2024. 1. Data, Horário e Local: Aos 24/04/2024, às 10 hs, realizada por circularização, com votos dos Acionistas por meio da Plataforma de Governança da Companhia (Atlas Governance), nos termos do art. 121 da Lei nº 6.404/76 e de acordo com a Instrução Normativa DREI nº 81/20. **2. Presença:** Os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensada a publicação de Edital de Convocação, conforme disposto no Art. 124, § 4º, da Lei das S/A, tendo em vista a presença da totalidade dos Acionistas. **4. Publicações:** Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados no Diário Comercial (impresso e digital), na edição de 27/03/2024, na forma do Art. 133, incisos I e II, da Lei das S/A. **5. Mesa: Presidente**: Sr. Alexandre José Guerra de Castro Monteiro. **Secretária**: Sra. Vivianne de Carvalho Magalhães Rodrigues. **6. Ordem do Dia:** Deliberar, ordinariamente, sobre as seguintes matérias: **(I)** a tomada de contas dos administradores da Companhia, bem como exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; e **(II)** a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **7. Deliberações:** Após analisar as matérias constantes da Ordem do Dia, as Acionistas presentes decidiram, por unanimidade e sem ressalvas, **Aprovar**: **(I)** a tomada de contas dos administradores da Companhia, bem como exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; e **(II)** a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, lavrando-se a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Mesa: Presidente**: Alexandre José Guerra de Castro Monteiro; e **Secretária**: Sra. Vivianne de Carvalho Magalhães Rodrigues. **Acionistas:** Excelente B.V. e Changi Airports Europe PTE. LTD. (Confere com a original lavrada em livro próprio da Companhia). RJ, 24/04/2024. Vivianne de Carvalho Magalhães Rodrigues - Secretária. JUCERJA nº 6223267 em 07/05/2024.

Sul América Seguradora de Saúde S.A.

CNPJ/ME nº 47.184.510/0001-20 - NIRE 35300187024. **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2024. Data, Hora e Local:** No dia 29 de agosto de 2024, às 14h30min, por meio de videoconferência. **Presença:** Única acionista representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada na forma do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76. **Mesa:** Presidente: Raquel Reis Correa; Secretária: Sofia Lemos Antunes Maciel. **Ordem do Dia e Deliberações:** I. Aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor total de R$27.163.062,43 (vinte e sete milhões, cento e sessenta e três mil, sessenta e dois reais e quarenta e três centavos) com a emissão de 461.103 (quatrocentas e sessenta e uma mil, cento e três) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$58,9088824567933 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/76, na data-base de 31.07.2024, sendo as novas ações ordinárias subscritas e integralizadas, neste ato, pela acionista Sul América Companhia de Seguro Saúde, CNPJ nº 01.685.053/0001-56; passando o capital social da Companhia **de** R$349.281.073,64 (trezentos e quarenta e nove milhões, duzentos e oitenta e um mil, setenta e três reais e sessenta e quatro centavos) **para** R$376.444.136,07 (trezentos e setenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e trinta e seis reais e sete centavos), com a consequente alteração do *caput* do art. 5º do Estatuto Social que passa a vigorar com a seguinte redação: *"Art. 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional é de R$376.444.136,07 (trezentos e setenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e trinta e seis reais e sete centavos), dividido em 11.081.972 (onze milhões, oitenta e uma mil, novecentas e setenta e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal."* I.1 A integralização das ações ora subscritas será realizada pela acionista Sul América Companhia de Seguro Saúde mediante a utilização do crédito relativo ao dividendo obrigatório declarado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2024. I.2. Aprovar o Boletim de Subscrição emitido por força do aumento do capital social aprovado acima, que constitui o Anexo I desta ata. II. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que constitui o Anexo II desta ata. **Documentos anexos:** Boletim de Subscrição e Estatuto Social consolidado. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou os trabalhos lavrando-se a presente ata no livro próprio, nos termos do §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que foi assinada pela Mesa e pelos acionistas. São Paulo, 29 de agosto de 2024. **Assinaturas:** Raquel Reis Correa, Presidente da Assembleia; Sofia Lemos Antunes Maciel, Secretária da Assembleia. Acionista: Sul América Companhia de Seguro Saúde, representada por sua procuradora Sofia Lemos Antunes Maciel, advogada. JUCESP nº 348.641/24-2 em 18/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **ANEXO II. ESTATUTO SOCIAL. TÍTULO I - Denominação, Sede, Duração e Objeto. Art. 1º.** A **SUL AMÉRICA SEGURADORA DE SAÚDE S.A.** é uma sociedade anônima fechada, autorizada a funcionar pelo Governo Federal e reger-se-á pelo presente estatuto e disposições legais aplicáveis. **Art. 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Moema, nº 300, Loja 01 e 02, Moema, CEP 04077-020, podendo criar, manter, encerrar e suprimir agências, filiais, sucursais e escritórios em todo o território nacional, por deliberação da Diretoria, satisfeitas as formalidades legais. **Art. 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Art. 4º.** A Companhia tem por objeto operar no ramo de seguro saúde, executando todas as atividades pertinentes, sendo vedada a atuação em quaisquer outros ramos ou modalidades de seguros, podendo participar de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes. **TÍTULO II - Capital Social e Ações. Art. 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional é de R$376.444.136,07 (trezentos e setenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e trinta e seis reais e sete centavos), dividido em 11.081.972 (onze milhões, oitenta e uma mil, novecentas e setenta e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **TÍTULO III - Assembleias Gerais. Art. 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social. A convocação, instalação e deliberações nas Assembleias Gerais deverão observar as disposições legais aplicáveis e o presente Estatuto Social. **Parágrafo Único.** As Assembleias Gerais serão convocadas e presididas por um Diretor ou, na sua ausência, na forma prevista no presente Estatuto, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral designar, dentre os presentes, um secretário para os trabalhos da reunião. **Art. 7º.** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social, deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores. **Art. 8º.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, com a restrição contida no §1º, *in fine* do artigo 134, da Lei nº 6.404/76, ou por advogado. **TÍTULO IV - Administração. Art. 9º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 20 (vinte) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e os demais diretores sem designação especial, todos pessoas naturais, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, admitida a reeleição. **§1º.** A Assembleia Geral poderá atribuir a um ou mais membros da Diretoria a função de Vice-presidente. **§2º.** Os membros da Diretoria serão investidos nos seus cargos na forma da lei, estando dispensados de prestar qualquer garantia em razão de suas funções. **§3º.** Os administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do administrador substituído. **§4º.** Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância permanente de cargo de Diretor em que o número mínimo de Diretores previsto neste artigo não seja observado, a Assembleia Geral será convocada para eleição de substituto(s). O mandato do(s) Diretor(es) eleito(s) nestas condições terminará juntamente com o dos demais Diretores. **Art. 10.** A Diretoria, quando em reunião conjunta de seus membros, tem plenos poderes para resolver quaisquer assuntos ou negócios de interesse da Companhia, salvo os previstos em lei ou no estatuto social como de competência privativa da Assembleia Geral. Desta forma, compete à Diretoria, dentre outros assuntos: I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II. aprovar o orçamento geral anual da Companhia; III. elaborar o relatório da administração para ser submetido à Assembleia Geral; IV. admitir, nomear, suspender e demitir funcionários e representantes da Companhia, fixando seus vencimentos e condições de remuneração; V. autorizar a aquisição, doação, alienação e oneração de bens do ativo permanente, constituição de ônus reais sobre os mesmos, bem como a cessão de direitos reais, ou a renúncia de direitos, dos quais a Companhia seja titular; VI. decidir sobre a abertura ou encerramento de filiais, sucursais, agências e escritórios dentro e fora do país; VII. cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto Social, as deliberações tomadas nas Assembleias Gerais; VIII. cumprir e fazer cumprir as políticas, normas e demais regramentos internos da Companhia; IX. deliberar a aplicação de capitais e sua melhor forma de investimento ou remuneração, de acordo com a política aprovada pela Assembleia Geral; X. ordenar o pagamento dos compromissos e despesas da Companhia; e XI. indicar o representante legal da Companhia perante a Receita Federal do Brasil. **Art. 11.** A Diretoria reunir-se-á quando necessário, com a presença da maioria de seus membros, sendo as decisões tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião, cabendo ao Diretor Presidente, além do voto pessoal, o de qualidade, no caso de empate. **Art. 12.** Compete ao Diretor Presidente coordenar as atividades da Diretoria e supervisionar todas as atividades da Companhia. **Art. 13.** A Companhia será representada por quaisquer 2 (dois) Diretores, ou por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, em ambos os casos agindo em conjunto, exceto nas hipóteses mencionadas nos §§ 1º e 2º abaixo. **§1º.** A Companhia poderá ser representada por 2 (dois) procuradores, agindo em conjunto, na celebração de transações de natureza bancária ou financeira, realizadas com instituições financeiras, ou entidades a elas equiparadas, públicas ou privadas, sempre dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração. **§2º.** A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador, agindo isoladamente, na prática dos seguintes atos, este último sempre dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração: I. representação ativa e passiva da Companhia perante órgãos e entes da Administração Pública federal, estadual e municipal, incluindo autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; II. representação da Companhia na qualidade de acionista, quotista ou debenturista, em assembleias gerais, assembleias de debenturistas ou reuniões de sócios de sociedades nas quais participe; III. representação da Companhia perante associações civis e sindicatos patronais; IV. representação da Companhia em juízo; V. representação da Companhia em atos relacionados à demissão e à admissão de empregados, realização de anotações em carteiras de trabalho e na contratação de estagiários e aprendizes; e VI. assinatura de documentos de rotina que não gerem quaisquer responsabilidades para a Companhia ou renuncie a direitos da Companhia. **§3º.** O representante legal perante a Receita Federal do Brasil será indicado pela Diretoria da Companhia e ficará investido dos poderes gerais para o cumprimento das obrigações fiscais e acessórias da Companhia, podendo para requerer a obtenção e/ou renovação do certificado digital da Companhia, podendo, para tanto, requerer, registrar, peticionar, prestar esclarecimentos, juntar e retirar documentos e guias, cumprir exigências, acompanhar processos, receber notificações e intimações, solicitar certidões de qualquer natureza, assinar solicitações (termos de titularidade e responsabilidade), bem como participar de qualquer outro evento relacionado às atividades aqui mencionadas. **§4º.** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto, devendo especificar os poderes outorgados. Salvo as procurações *ad judicia* e para a defesa de processos administrativos, todas as demais deverão ser limitadas ao prazo de 1 (um) ano. As procurações outorgadas a empregados da Companhia serão automaticamente revogadas com o término dos seus respectivos contratos de trabalho. **§5º.** É vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Companhia. **SEÇÃO I - Responsabilidade dos Administradores. Art. 14.** Os administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente estatuto. **Art. 15.** A Companhia assegurará aos Diretores, e aos membros do Conselho Fiscal, caso instalado, a defesa técnica jurídica, em processos judiciais e administrativos, que tenham por objeto fatos decorrentes ou atos praticados no exercício de suas atribuições legais ou institucionais no curso normal dos negócios, podendo a Companhia manter o contrato de seguro para a cobertura de despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos referidos processos. **§1º.** A garantia da defesa será assegurada mesmo após os administradores terem, por qualquer motivo, deixado o cargo ou cessado o exercício da função. **§2º.** A Companhia e o administrador interessado deverão escolher em conjunto o responsável pela defesa dos interesses do último, podendo a mesma ser patrocinada pelos advogados integrantes do quadro funcional da Companhia, desde que não haja conflito de interesses. **§3º.** Além da defesa técnica jurídica, a Companhia arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância. **§4º.** O administrador que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à Companhia os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando o interesse social. **TÍTULO V - Conselho Fiscal. Art. 16.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, que não terá caráter permanente e somente será instalado por solicitação dos acionistas na forma da lei. **§1º.** O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **§2º.** Caso venha a ser instalado por deliberação da Assembleia Geral, os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão o cargo até a primeira Assembleia Geral Ordinária seguinte, exceto se de outra forma determinado em Assembleia Geral Extraordinária. **§3º.** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. **Art. 17.** O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata as suas deliberações no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes, independentemente de quorum regulamentar, será considerada regularmente convocada a reunião a qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. **§1º.** O Conselho Fiscal tem a competência prevista na Lei 6.404/76, conforme alterada pela Lei nº 10.303/01. **§2º.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Art. 18.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitados os limites legais. **TÍTULO VI - Exercício Social, Lucros e Dividendos. Art. 19.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão levantados o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras do exercício. **Art. 20.** Levantado o balanço, com observação das prescrições legais, apurado o resultado do exercício, feitas as deduções e a provisão para o pagamento do imposto sobre a renda, a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, poderá autorizar a compensação de eventuais prejuízos acumulados e, observadas as disposições legais vigentes, o pagamento de participação nos lucros aos empregados e administradores, distribuindo o lucro da seguinte forma: I. 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, destinada a garantir a integridade do capital social, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; II. 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, no mínimo, deduzidos os valores destinados à Reserva Legal, aos acionistas, como dividendo obrigatório, na proporção de sua participação no capital social, ajustado nos termos do caput do artigo 202, da Lei nº 6.404/76; III. o necessário, quando for o caso, para a constituição de reservas para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76; IV. o necessário para eventual constituição de reserva de lucros a realizar, nos termos do Art. 197 da Lei nº 6.404/76; e V. observadas as destinações dos itens anteriores, até 71,25% (setenta e um vírgula vinte e cinco por cento) para constituição de reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais, reserva esta que não poderá exceder o montante do capital social, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, e que tem por finalidade (a) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (b) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (c) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. **§1º.** O saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais não poderá ultrapassar o capital social. A Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre a aplicação do excesso em aumento do capital ou distribuição de dividendos aos acionistas. **§2º.** Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista prescreverão em favor da Companhia e serão levados à conta da Reserva Especial. **§3º.** Mediante proposta e aprovação da Diretoria, poderão ser pagos ou creditados aos acionistas juros sobre capital próprio, nos termos da legislação específica, os quais poderão ser imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, aos dividendos intermediários ou ao dividendo anual. **§4º.** A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos intercalares à conta de lucros apurados nesses balanços. Poderá, ainda, por deliberação da Diretoria, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou de períodos menores, os quais poderão ser imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Art. 21.** Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório. **Art. 22.** O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **TÍTULO VII - Acordo de Acionistas. Art. 23.** Os acordos de acionistas devidamente registrados na sede da Companhia, que, dentre outras pactuações, estabeleçam cláusulas e condições para alienação de ações de emissão da Companhia, disciplinem o direito de preferência ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e por sua administração. **Parágrafo Único.** As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou das reuniões da Diretoria, conforme o caso, deverá declarar a invalidade do voto proferido pelo acionista ou pelo Diretor em contrariedade com os termos de tais acordos, ou ainda, no caso de ausência ou abstenção de acionistas ou Diretores, os acionistas prejudicados ou Diretores eleitos pelos acionistas prejudicados poderão votar com as ações ou votos pertencentes aos acionistas ou Diretores ausentes ou omissos, conforme o caso, nos termos do art. 118, §§ 8º e 9º da Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01. **TÍTULO VIII - Dissolução e Liquidação. Art. 24.** A Companhia será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral. **TÍTULO IX - Disposições Gerais. Art. 25.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regidos pelos acionistas em Assembleia Geral. **Art. 26.** As publicações da Companhia requeridas pela Lei das Sociedades por Ações deverão ser realizadas nos termos exigidos pela referida Lei. Cópias de todo e qualquer documento a ser publicado pela Companhia serão colocados à disposição dos acionistas na sede. ***(Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2024)***.

USJ - Açúcar e Álcool S.A.

CNPJ nº 44.209.336/0001-34 - NIRE nº 35.300.060.474

Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - AGE

Ficam os Srs. Acionistas da Sociedade, convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia **30/09/2024, às 14:30h**, na sede da Companhia na R. Haddock Lobo, nº 746, 6º andar, conj. 61, sala 2, bairro Cerqueira César, em São Paulo-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1)** Deliberar sobre a proposta de redução de capital social da Companhia por ser considerado excessivo, nos termos do art. 173 da Lei nº 6.404/76.

São Paulo - SP. 20/09/2024.

Maria Carolina Ometto Fontanari
Presidente do Conselho de Administração (20, 21 e 24/09/2024)

Elizabeth S.A. Indústria Têxtil

CNPJ/MF nº 48.038.541/0001-35 – NIRE 35-3.0010553.2

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente edital, ficam os acionistas da **Elizabeth S.A. Indústria Têxtil** ("**Companhia**") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a realizar-se no dia 01 de outubro de 2024, às 09h00min (nove horas), em primeira convocação, na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rocio, nº 291, 3º andar, Sala Elizabeth, CEP 04552-000, para deliberar sobre as seguintes matérias que comporão a ordem do dia: (i) reeleição dos membros do Conselho de Administração; e (ii) autorizar que administradores ou procuradores da Companhia pratiquem, isoladamente, todos e quaisquer atos necessários à completa implementação das deliberações eventualmente aprovadas.

São Paulo, 20 de setembro de 2024.

Benjamin Steinbruch
Presidente do Conselho de Administração

EVENTO

Firjan marca presença no primeiro dia da ROG.e 2024

Ao lado de diversas autoridades do Brasil e do mundo, a Firjan SENAI SESI acompanhou nesta segunda-feira (23) a abertura da ROG.e, principal feira de energias do país, que reúne as principais empresas dos mercados de óleo, gás e energias.

"Este primeiro dia nos impressionou pela presença maciça de agentes do mercado, incluindo representantes de 58 países, ministros e deputados, demonstrando uma sintonia entre os poderes que é muito importante para este mercado. A Firjan está presente contribuindo com estudos e apresentando as potencialidades de um estado que detém 80% da produção de petróleo do país", declarou o vice-presidente da Firjan, Raul Sanson.

Ele acompanhou a cerimônia de abertura da qual participaram o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, o diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, entre outras autoridades dos poderes Executivo e Legislativo federal, estadual e municipal.

Já a gerente-geral de Petróleo, Gás, Energias e Naval da Firjan SENAI SESI, Karine Fragoso, mediou a mesa "Novas tecnologias e descarbonização da cadeia do gás natural", com a participação de representantes da EPE, Abiogás, Gerdau e Scania. Além disso, a federação apresentou os artigos técnicos "Descarbonização a partir da indústria brasileira: o diferencial competitivo da indústria nacional na pauta de descarbonização, pela ótica do fornecimento de bens e serviços para o mercado de O&G" e "Resultados do Programa Rede de Oportunidades: Óleo, Gás e Naval na cadeia de fornecedores".

No Estande I13 do Armazém Principal, a Firjan apresenta a empresários e visitantes estudos dos mercados de Petróleo, Gás e Energias, além de informações sobre a rede de institutos Firjan SENAI SESI de Inovação e Tecnologia. A caravana da Firjan Norte Fluminense com 35 empresários de Campos e Macaé também esteve presente.

Tiaret Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ: 23.104.720/0001-00

Demonstrações Contábeis Realizadas em 31 de Dezembro de 2023 *(Em Milhares)*

Balanço Patrimonial

Histórico	Saldo Atual
Ativo	**338,44**
Ativo Circulante	**338,44**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**338,44**
Numerários	**338,44**
Caixa geral	338,44

Diretoria

Sócio Administrador: **Afonso Cristovão Pinheiros Lopes**
CPF: 343.355.873-68
Sócio Administrador: **José Maria Beato**
CPF: 080.748.598-51

Contador

Roberto Dantas Medeiros
CPF: 162.525.238-28 - CRC 1SP224301/0-9

Balanço Patrimonial

Histórico	Saldo Atual
Passivo e Patrimônio Líquido	**338,44**
Passivo Circulante	**4.259,82**
Obrigações a Curto Prazo	**4.259,82**
Fornecedores Diversos	**4.259,82**
Medeiros Gestão de Negócios - Honorários a pagar	4.259,82
Patrimônio Líquido	**(3.921,38)**
Capital Social	**500,00**
Capital Social Realizado	**500,00**
Capital social subscrito e integralizado	500,00
Resultados	**(4.421,38)**
Resultados Acumulados	**(733,66)**
(–) Prejuízos de exercícios anteriores	18.141,81
Ajuste de exercícios anteriores	17.408,15
Resultados	**(3.687,72)**
(–) Prejuízos	3.687,72

Demonstração do Resultado de Exercício

Histórico	Valor
Despesas	**3.687,72**
Despesas Operacionais	3.687,72
Despesas Administrativas	3.687,72
Despesas Administrativas Gerais	**3.687,72**
Assessoria contábil	3.687,72
Resultado Líquido Operacional	(3.687,72)
Resultado do Exercício	**(3.687,72)**
Resultado do Exercício	(3.687,72)
Resultado do Exercício	(3.687,72)
Resultado do Exercício	(3.687,72)
Resultado do exercício	(3.687,72)
Resultado Líquido do Exercício	**(3.687,72)**

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

EDITAL DE 1ª E 2ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS, EM 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª E 6ª SÉRIES, DA 39ª (TRIGÉSIMA NONA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Ficam convocados os titulares dos Créditos Imobiliários ("CRI"), em 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Séries da 39ª (Trigésima Nona) Emissão, da VERT COMPANHIA SECURITIZADORA ("Titulares dos CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente) e a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. ("Agente Fiduciário"), em atenção ao disposto na Cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários em 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Séries da 39ª (Trigésima Nona) Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), a participarem da assembleia especial de Titulares dos CRI, que será realizada, em primeira convocação, no dia **09 de outubro de 2024, às 15h30**, e em segunda convocação, no dia **18 de outubro de 2024, às 15h30**, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", coordenada pela Emissora, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60" e "Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão (conforme definido no Termo de Securitização) apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sem ressalvas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Ficam os senhores Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do Art. 25, §2º da Resolução CVM 60, as demonstrações contábeis do patrimônio separado que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Informações Gerais: A presente Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", sendo certo que o link de acesso à Assembleia será disponibilizado, oportunamente, pela Emissora e, ainda, a assinatura da ata será realizada digitalmente, conforme autorizado pela Resolução CVM 60. Os Titulares dos CRI poderão se fazer representar na Assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, conforme previsto no art. 127 da Lei 6.404/76. Os documentos pessoais e, caso aplicável, instrumentos de mandato com poderes para representação na referida Assembleia deverão ser encaminhados para a Emissora, no e-mail juridico.ops@vert-capital.com e ri@vert-capital.com, com cópia ao Agente Fiduciário, no e-mail agentefiduciario@vortx.com.br, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia.

São Paulo, 23 de setembro de 2024.
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

EDITAL DE 1ª E 2ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS, EM 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE, DA 8ª (OITAVA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Ficam convocados os titulares dos Créditos Imobiliários ("CRI"), em 1ª (primeira) Série, da 8ª (oitava) Emissão, da VERT COMPANHIA SECURITIZADORA ("Titulares dos CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente) e a VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA ("Agente Fiduciário"), em atenção ao disposto na Cláusula 14 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários em 1ª (primeira) Série, da 8ª (oitava) Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), a participarem da assembleia especial de Titulares dos CRI, que será realizada, em primeira convocação, no dia **08 de outubro de 2024, às 14h30**, e em segunda convocação, no dia **17 de outubro de 2024, às 14h30**, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", coordenada pela Emissora, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60" e "Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão (conforme definido no Termo de Securitização) apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sem ressalvas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Ficam os senhores Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do Art. 25, §2º da Resolução CVM 60, as demonstrações contábeis do patrimônio separado que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Informações Gerais: A presente Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", sendo certo que o link de acesso à Assembleia será disponibilizado, oportunamente, pela Emissora e, ainda, a assinatura da ata será realizada digitalmente, conforme autorizado pela Resolução CVM 60. Os Titulares dos CRI poderão se fazer representar na Assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, conforme previsto no art. 127 da Lei 6.404/76. Os documentos pessoais e, caso aplicável, instrumentos de mandato com poderes para representação na referida Assembleia deverão ser encaminhados para a Emissora, no e-mail juridico.ops@vert-capital.com e ri@vert-capital.com, com cópia ao Agente Fiduciário, no e-mail agentefiduciario@vortx.com.br, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia.

São Paulo, 20 de setembro de 2024.
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

EDITAL DE 1ª E 2ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS, EM 1ª, 2ª, 3ª E 4ª SÉRIES, DA 9ª (NONA) EMISSÃO, DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Ficam convocados os titulares dos Créditos Imobiliários ("CRI"), em 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, da 9ª (Nona) Emissão, da VERT COMPANHIA SECURITIZADORA ("Titulares dos CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente) e a VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA ("Agente Fiduciário"), em atenção ao disposto na Cláusula 13 do Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários em 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, da 9ª (Nona) Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), a participarem da assembleia especial de Titulares dos CRI, que será realizada, em primeira convocação, no dia **08 de outubro de 2024, às 15h00**, e em segunda convocação, no dia **17 de outubro de 2024, às 15h00**, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", coordenada pela Emissora, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60" e "Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão (conforme definido no Termo de Securitização) apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sem ressalvas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Ficam os senhores Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do Art. 25, §2º da Resolução CVM 60, as demonstrações contábeis do patrimônio separado que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Informações Gerais: A presente Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", sendo certo que o link de acesso à Assembleia será disponibilizado, oportunamente, pela Emissora e, ainda, a assinatura da ata será realizada digitalmente, conforme autorizado pela Resolução CVM 60. Os Titulares dos CRI poderão se fazer representar na Assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, conforme previsto no art. 127 da Lei 6.404/76. Os documentos pessoais e, caso aplicável, instrumentos de mandato com poderes para representação na referida Assembleia deverão ser encaminhados para a Emissora, no e-mail juridico.ops@vert-capital.com e ri@vert-capital.com, com cópia ao Agente Fiduciário, no e-mail agentefiduciario@vortx.com.br, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia.

São Paulo, 20 de setembro de 2024.
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Consolare Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S/A

CNPJ nº 44.615.216/0001-37

Edital de Chamamento - Cemitério Vila Mariana

A **Consolare Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S/A Notifica** os cessionários e possíveis sucessores dos terrenos situados no cemitério **Vila Mariana,** os quais foram identificados como estando em estado de **Abandono,** para comparecerem à administração do referido cemitério e realizar os procedimentos necessários para regularização das concessões afetadas. **Cemitério Vila Mariana:** localizado na Av. Lacerda Franco, 2012 - Cambuci. São Paulo - SP, 01536-001. **Quadra/Terreno/Cessionários convocados:** Q 02 T 15 - KAIZER MAXIMO RABELLO; Q 02 T 57 - IGNEZ AQUILINI; Q 02 T 61 - HENRIQUE SEMENSATTI; Q 02 T 38 B - BENEDITO MIRAGLIA; Q 69 T 15 - CARLOS PLASTRO FILHOS; Q A T 27 - EMILIA PINOTTI; Q B T 02 - JACINTO JOSE DE QUEIROZ; Q B T 07 A - NEY SELOLLI; Q O T 01 - LAUDELINO CAMILLO DE MORAES.

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

EDITAL DE 1ª E 2ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS, EM 1ª SÉRIE, DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) EMISSÃO, DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Ficam convocados os titulares dos Créditos Imobiliários ("CRI"), em 1ª Série, da 16ª (Décima Sexta) Emissão, da VERT COMPANHIA SECURITIZADORA ("Titulares dos CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente) e a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. ("Agente Fiduciário"), em atenção ao disposto na Cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários em 1ª Série, da 16ª (Décima Sexta) Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), a participarem da assembleia especial de Titulares dos CRI, que será realizada, em primeira convocação, no dia **09 de outubro de 2024, às 14h30**, e em segunda convocação, no dia **18 de outubro de 2024, às 14h30**, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", coordenada pela Emissora, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60" e "Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão (conforme definido no Termo de Securitização) apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sem ressalvas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Ficam os senhores Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do Art. 25, §2º da Resolução CVM 60, as demonstrações contábeis do patrimônio separado que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Informações Gerais: A presente Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", sendo certo que o link de acesso à Assembleia será disponibilizado, oportunamente, pela Emissora e, ainda, a assinatura da ata será realizada digitalmente, conforme autorizado pela Resolução CVM 60. Os Titulares dos CRI poderão se fazer representar na Assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, conforme previsto no art. 127 da Lei 6.404/76. Os documentos pessoais e, caso aplicável, instrumentos de mandato com poderes para representação na referida Assembleia deverão ser encaminhados para a Emissora, no e-mail juridico.ops@vert-capital.com e ri@vert-capital.com, com cópia ao Agente Fiduciário, no e-mail agentefiduciario@vortx.com.br, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia.

São Paulo, 23 de setembro de 2024.
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

EDITAL DE 1ª E 2ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS, EM 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª SÉRIES, DA 52ª (QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Ficam convocados os titulares dos Créditos Imobiliários ("CRI"), em 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Séries, da 52ª (Quinquagésima Segunda) Emissão, da VERT COMPANHIA SECURITIZADORA ("Titulares dos CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente) e a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA ("Agente Fiduciário"), em atenção ao disposto na Cláusula 13 do Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários em 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Séries, da 52ª (Quinquagésima Segunda) Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), a participarem da assembleia especial de Titulares dos CRI, que será realizada, em primeira convocação, no dia **23 de outubro de 2024, às 14h30**, e em segunda convocação, no dia **05 de novembro de 2024, às 14h30**, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", coordenada pela Emissora, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60" e "Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão (conforme definido no Termo de Securitização) apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sem ressalvas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Ficam os senhores Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do Art. 25, §2º da Resolução CVM 60, as demonstrações contábeis do patrimônio separado que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Informações Gerais: A presente Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", sendo certo que o link de acesso à Assembleia será disponibilizado, oportunamente, pela Emissora e, ainda, a assinatura da ata será realizada digitalmente, conforme autorizado pela Resolução CVM 60. Os Titulares dos CRI poderão se fazer representar na Assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, conforme previsto no art. 127 da Lei 6.404/76. Os documentos pessoais e, caso aplicável, instrumentos de mandato com poderes para representação na referida Assembleia deverão ser encaminhados para a Emissora, no e-mail juridico.ops@vert-capital.com e ri@vert-capital.com, com cópia ao Agente Fiduciário, no e-mail agentefiduciario@vortx.com.br, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia. São Paulo, 23 de setembro de 2024. **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**

CERVEJARIA TARANTINO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

TARANTINO CERVEJARIA

CNPJ: 47.225.876/0001-08 - NIRE: 35300597061

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas da **Tarantino Administração e Participações S.A.,** CNPJ/ME nº 47.225.876/0001-08, para realização de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 30/09/2024 às 11h, na Rua Serra de Botucatu, 660, 11º andar, conj. 113, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** a) Eleição de nova diretoria. b) Deliberação sobre a emissão de valores mobiliários a serem emitidos pela Sociedade, no montante de até R$ 4.500.000,00, objeto de Oferta Pública a ser realizada em conformidade com a Resolução CVM-88, de 27/04/2022, com as alterações introduzidas pela Resolução CVM nº 158, de 28/06/2022 ("Resolução CVM-88"), cujas condições constam do "Contrato de Prestação de Serviços de Realização de Oferta Pública, com Dispensa de Registro, de Valores Mobiliários de Investimento Participativo, de Emissão e Outras Avenças", a ser celebrado pela Sociedade com a Clearbook Participações Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.674.712/0001-10 ("Contrato"), bem como aprovam a celebração do Contrato pela Sociedade para realização de Oferta Pública ora aprovada. São Paulo, 20 de setembro de 2024.

ECE S.A.

Evolua etanol

CNPJ/ME nº 45.335.934/0001-12 - NIRE nº 35300586808

Ata de Reunião de Diretoria Realizada em 19 de Agosto de 2024

No dia 19/08/2024, às 08h, na sede social da ECE S.A., reuniram-se os membros da Diretoria da Companhia ao final assinados ("Diretoria"), com exceção do Sr. Alexandre Zebulun Ades que está em período de férias. O Sr. Presidente, Pedro Augusto Paranhos de Oliveira, convidou a mim, Luiz Antonio Diório Filho, para secretário. Por unanimidade de votos dos presentes, foi aprovada a abertura do estabelecimento filial da Companhia, com atividade econômica de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista: ("Filial Cabedelo"). Edifício **PB Truck Center Paraíba,** município de Cabedelo, Estado da Paraíba. Nada mais havendo a ser tratado. São Paulo, 19/08/2024. (aa) Pedro Augusto Paranhos de Oliveira e Wagner Bertazo. Mesa: Pedro Augusto Paranhos de Oliveira - Presidente; Luiz Antonio Diório Filho - Secretário. **Mesa:** Pedro Augusto Paranhos de Oliveira - **Diretor Presidente;** Luiz Antonio Diório Filho - **Secretário. JUCESP** nº 348.621/24-3 em 18/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Ocrim S.A. Produtos Alimentícios

CNPJ/MF nº 61.065.199/0001-20 - NIRE 35.300.011.511

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Em 16/09/2024, às 08h, em sua sede. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social. Aprovada a alteração do endereço da Filial São Paulo (CNPJ nº 61.065.199/0003-92) ***De:*** *Avenida Escola Politécnica, nº 1262, Sala 1 A, Rio Pequeno, São Paulo/SP - CEP 05350-000,* ***Para: Rua Cardeal Arcoverde, nº 359, 7º andar, conjunto 72, Bairro Pinheiros, São Paulo, SP;*** Aprovada a alteração de endereço da Filial São Paulo no estatuto da companhia, com a consequente nova redação do Artigo 2º do Estatuto Social, **Para:** *"Artigo 2º* - A Sociedade é composta de matriz e filiais conforme permite este Estatuto: Matriz (Sede) - Rua Cardeal Arcoverde, nº 359, 7º andar, conjunto 71, Bairro Pinheiros, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ sob nº 61.065.199/0001-20, com Inscrição Estadual nº 102.923.960-110, NIRE nº 35.3.0001151-1; Filial Jaguaré - Avenida Escola Politécnica, nº 1.262, Bairro Jaguaré, na cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob nº 61.065.199/0002-01, com inscrição Estadual nº 103.137.754-115, e NIRE 35905746995; Filial São Paulo - Rua Cardeal Arcoverde, nº 359, 7º andar, conjunto 72, Bairro Pinheiros, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ sob nº 61.065.199/0003-92, com Inscrição Estadual nº 482.000.704-111, e NIRE 35905747002; Filial Belém - Avenida Marechal Hermes, s/nº, Bairro Umarizal, na cidade de Belém/PA, inscrita no CNPJ sob nº 61.065.199/0004-73, com inscrição Estadual nº 15.000.401-0; Filial Manaus - Rua Desembargador Felismino Soares, nº 1.000, Bairro Colônia Oliveira Machado, na cidade de Manaus/AM, inscrita no CNPJ sob nº 61.065.199/0006-35, com Inscrições Estaduais nº 06.200.068-3, 06.300.071-7 e 04.102.567-9; Filial Santarém - Travessa Antônio Justa, nº 1.122, Bairro Caranazal, na cidade de Santarém/PA, inscrita no CNPJ sob nº 61.065.199/0009-88, com inscrição Estadual nº 15.224.854-4; Filial Ananindeua - Rodovia BR 316, km 07, s/nº, Bairro Levilândia, na cidade de Ananindeua/PA, inscrita no CNPJ sob nº 61.065.199/0010-11, com Inscrição Estadual nº 15.246.640-1, podendo, por deliberação da sua Diretoria, abrir e encerrar filiais, agências, depósitos e outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou do exterior". São Paulo, 16/09/2024. **Mesa:** Amedeo Hartmann Giuseppe Maria Asinari di San Marzano, Presidente; Marcelo Batista Moreira, Secretário. **JUCESP** nº 332.629/24-7 em 19/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TBB Gestão de Restaurantes S.A.

CNPJ nº 23.259.011/0001-96 - NIRE/SP 35300489055

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas

A TBB Gestão de Restaurantes S.A., CNPJ nº 23.259.011/0001-96, NIRE 35300489055, convoca os seus acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de forma exclusivamente **digital**, no dia 03/10/2024, às 10h00, pela plataforma de **vídeo conferência** *Google Meet*, no link "https://meet.google.com/zwk-cnrw-dav" e senha "986048271" ou disque: +55 11 4935-3275, para a seguinte ordem do dia: (i) alteração do endereço da sede; (ii) alteração do endereço da filial NIRE 35906132583; e (iii) alteração do Artigo 2 do estatuto social. A participação e a votação a distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto a distância disponibilizados aos acionistas nesta data e/ou mediante o acesso ao link indicado acima pelo acionista ou procurador devidamente constituído. Encontram-se à disposição dos acionistas no link https://drive.google.com/drive/folders/1bsmv2BJTlnUkofrLwh8aJMpfE-_tlG9d os documentos e informações necessárias à realização da assembleia. Esse edital cancela e substitui a convocação anterior. São Paulo/SP, 24 de setembro de 2024. **Francislei Moreira Custódio,** Conselheiro de Administração. (24, 25 e 26/09/2024)

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

EDITAL DE 1ª E 2ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DAS 1ª E 2ª SÉRIES, DA 60ª (SEXAGÉSIMA) EMISSÃO, DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), das 1ª e 2ª Séries, da 60ª (Sexagésima) Emissão, da VERT COMPANHIA SECURITIZADORA ("Titulares dos CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente) e a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. ("Agente Fiduciário"), em atenção ao disposto na Cláusula 12 do Termo de Securitização dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries, da 60ª (Sexagésima) Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), a participarem da assembleia especial de Titulares dos CRI, que será realizada, em primeira convocação, no dia **08 de outubro de 2024, às 15h30**, e em segunda convocação, no dia **17 de outubro de 2024, às 15h30**, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", coordenada pela Emissora, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60" e "Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar ou não as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão (conforme definido no Termo de Securitização) apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sem ressalvas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Ficam os senhores Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do Art. 25, §2º da Resolução CVM 60, as demonstrações contábeis do patrimônio separado que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores, em segunda convocação. Informações Gerais: A presente Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", sendo certo que o link de acesso à Assembleia será disponibilizado, oportunamente, pela Emissora e, ainda, a assinatura da ata será realizada digitalmente, conforme autorizado pela Resolução CVM 60. Os Titulares dos CRI, deverão encaminhar (a) quando pessoa física, deverão apresentar documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; e (c) quando for representado por procurador, procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, conforme previsto no art. 127 da Lei 6.404/76. Os documentos pessoais e, caso aplicável, instrumentos de mandato com poderes para representação na referida Assembleia deverão ser encaminhados para a Emissora, no e-mail juridico.ops@vert-capital.com e ri@vert-capital.com, com cópia ao Agente Fiduciário, no e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia. São Paulo, 20 de setembro de 2024. **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA.**